



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

| CPI - VIOLÊNCIA URBANA | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 1868/09 | DATA: 21/10/2009 |
| INÍCIO: 14h41min | TÉRMINO: 17h10min | DURAÇÃO: 02h28min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h28min | PÁGINAS: 58 | QUARTOS: 30 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO – Professor e Coordenador-Geral do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP, da Universidade Federal de Minas Gerais.

SUMÁRIO: Exposição acerca dos aspectos relacionados ao aumento do número de homicídios no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana.

Tendo sido distribuída a Ata da 10ª reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago da necessidade da leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Dispensada a leitura, em discussão a Ata. Aqueles Parlamentares que queiram discuti-la que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, em votação. Aqueles Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da última Reunião.

Passamos à votação do requerimento apresentado pelo Deputado William Woo. Requer que seja convidado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Ministro de Estado Tarso Genro, também Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública — CONASP.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do Deputado José Aníbal nos mesmos termos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Requerimento esse que foi também protocolado pelo Líder do PSDB nesta Casa, ilustríssimo Deputado e amigo José Aníbal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, só para informar aos colegas que agora há pouco conversei com o Ministro Tarso Genro, que de antemão já aceitou o convite. Com a Secretaria da Comissão já agendamos para quarta-feira, dia 28, às 13h. Então, já estamos com a data inclusive pré-agendada, dependendo exclusivamente da aprovação da Comissão. O Ministro Tarso Genro estará aqui para atender a esse convite do Deputado José Aníbal, do Deputado William Woo e poder fazer com a Comissão a discussão sobre o tema proposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Continua em discussão o requerimento dos Deputados William Woo e José Aníbal. *(Pausa.)*



Não havendo mais quem queira discuti-lo, os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 34. Conforme disse o Deputado Paulo Pimenta, já foi feito o compromisso pelo Ministro Tarso Genro de estar aqui na próxima quarta-feira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quarta-feira, dia 28, às 13h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - A reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito nesta tarde tem por finalidade debater com o nosso convidado, Dr. Cláudio Chaves Beato Filho, Professor e Coordenador-Geral do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública — CRISP, da Universidade Federal de Minas Gerais. O Dr. Cláudio é Professor Visitante na Universidade de Harvard, Estados Unidos, no período de 1º/08/2009 a 10/02/2010.

O tema proposto pela CPI é: alternativa para as polícias brasileiras; o papel apropriado das Forças Armadas no Brasil; parcerias da polícia com a comunidade; políticas inovadoras projetadas para diminuir a violência; e sensação de insegurança dos cidadãos.

Convido o Dr. Cláudio Beato a integrar esta Mesa. (*Pausa.*)

Em nome de todos, agradecemos ao convidado a presença.

Esclarecemos que os Parlamentares, nos termos do art. 256, § 5º, do Regimento Interno, terão tempo de 5 minutos para perguntas, dispondo o interpelado de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Solicito aos Parlamentares que queiram participar dos debates com o convidado que façam suas inscrições junto a esta Secretaria.

Esclareço ao expositor e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso solicito que falem sempre ao microfone. Esclareço também que o expositor não poderá ser interpelado durante sua exposição.

Passamos a palavra, de pronto, ao nosso Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Prof. Beato, quero fazer aqui uma saudação a V.Sa., dizer que estamos há cerca de 45 dias, e com a sua presença estamos hoje concluindo uma fase do



trabalho da CPI, que é aquela fase que chamamos de diagnóstico de nivelamento de informações.

Nesse período, tivemos oportunidade de ouvir vários especialistas, estudiosos, Secretários de Segurança, Secretário Nacional de Segurança e Polícia Federal. Sua presença aqui, para nós hoje, é muito importante, porque com todos esses documentos, eu tenho brincado que fizemos uma espécie de pós-graduação intensiva aqui, os Parlamentares, nesse período. A partir dessas opiniões, desses debates é que vamos inclusive definir as ações da segunda fase do trabalho.

Então, seja muito bem-vindo. Tenho certeza de que a sua presença aqui hoje vai ajudar muito nesse esforço de produção teórica, de identificação de iniciativas que a Câmara está buscando, especialmente pelo esforço dos colegas Parlamentares que fazem parte desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Obrigado pelo convite. Eu não poderia jamais deixar de aceitá-lo, porque reconheço a importância da temática, a importância do trabalho que os senhores estão fazendo dentro dessa área, que é extremamente relevante. Eu diria que talvez um dos temas mais relevantes para a sociedade brasileira.

(Segue-se exibição de imagens.)

Não vou cansá-los aqui com estatísticas; mostrarei apenas aqui o número do crescimento dos homicídios. Enfim, eu gostaria apenas de trazer aqui esse número e lembrar que naturalmente não poderíamos deixar de discutir os eventos recentes no Rio de Janeiro. Lembro que talvez com um daqueles mortos tenhamos chegado à marca de 1 milhão de mortes por homicídio no Brasil, desde que esses dados começaram a ser coletados pelo DATASUS. Provavelmente, neste mês, ou ao longo deste mês, ou no mês que vem, vamos ter alcançado essa marca de 1 milhão de brasileiros mortos vítimas de homicídio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Desde que ano?

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Desde 1979, desde que os dados do DATASUS começaram a ser coletados de forma sistemática. Nós temos aí em média de 40 a 45 mil pessoas que morrem a cada ano. Se fizermos uma projeção dos dados até 2007, vamos chegar a essas cifras impressionantes que



tornam o Brasil provavelmente um dos países mais... certamente o mais violento em termos de mortes absolutas. Em termos relativos, sempre aí na quarta ou quinta posição, competindo com a Venezuela, a Colômbia e outros países.

Eu gostaria de falar um pouco também sobre as características desses homicídios. Em primeiro lugar, podemos observar que muito do crescimento desses homicídios está diretamente relacionado à questão das armas de fogo. Tenho uma linha mais clara aqui embaixo que mostra os homicídios sem armas de fogo. O crescimento se deve muito à introdução desse vetor das armas de fogo dentro desse quadro do panorama da violência brasileira. Basicamente é um processo que se inicia, se acentua a partir de final dos anos 80, meados dos anos 90. Em cada área metropolitana ele tem uma dinâmica diferente. Essa questão das armas de fogo é extremamente importante. Hoje, sabemos que em torno de 8% a 10% da população brasileira têm armas de fogo em casa. E isso se deve justamente ao mercado que nós temos de arma de fogo, que é crescente. Cada vez é mais fácil e mais barato conseguir armas de fogo. A situação se reflete de forma distinta nos Estados. Nós temos Estados como Pernambuco e Rio de Janeiro, com um coeficiente extremamente elevado de mortes por armas de fogo.

Outro aspecto extremamente relevante é que são mortes que têm envolvido crescentemente jovens. Enfim, vários dos especialistas que estiveram aqui perante esta Comissão têm apontado esse problema: como esse tipo de violência tem afetado principalmente determinados grupos sociais jovens e, se observarmos também, dentro de determinadas características. Por exemplo, a chance de vir a ser vítima de violência de um negro é quase 2 vezes superior a de um branco — 1,7 mais que de uma pessoa branca. Se nós agregarmos a esse dado o aspecto de classe, é uma violência que vitima pessoas negras, pobres, moradores de periferia e jovens. Ou seja, é uma violência bastante focalizada.

Outro aspecto extremamente importante dessa violência é que quando começamos a analisar, vamos dizer, o impacto que isso tem na qualidade de vida dos grandes centros urbanos é enorme. Nós temos uma pesquisa em âmbito nacional que mostra que 75% da população brasileira acham que podem vir a ser vítimas de violência, de crimes violentos no próximo ano. Nós temos alguns dados, por exemplo, do Estado de Minas Gerais, que mostram que 50% da população



acham que podem ser vítimas de homicídios já no próximo ano. Esse é um indicador extremamente importante para mostrar justamente essa queda na qualidade de vida que temos observado e que se reflete justamente nessa arquitetura prisional que hoje está prevalecendo nas casas, nos condomínios fechados, com muros altos, sistemas de vigilância.

Esse também é um tipo de violência que tem um impacto enorme do ponto de vista dos custos. O País perde, em relação à segurança, aos problemas decorrentes de segurança pública, alguma coisa da ordem de 5% do PIB brasileiro, envolvido com a questão de segurança.

Bom, o que está acontecendo? Eu não vou cansá-los com muitas estatísticas, mas eu gostaria de entender o que está ocorrendo, para tentar depois pensar em algumas soluções ou no que tem sido feito em relação a esse tipo de problema. Um deles é que esse aumento não se dá em todas as partes do País. Ele está ocorrendo, em primeiro lugar, principalmente nas cidades com mais de 100 mil habitantes. Esses gráficos mostram justamente como esse crescimento tem ocorrido nos grandes centros urbanos — eles é que têm uma taxa acima do esperado — e em determinadas áreas do País. Esse mapa mostra justamente quais são as áreas que concentraram as maiores taxas de crescimento no País. Vemos Pernambuco, a Região Sudeste se notabiliza — Rio de Janeiro, Espírito Santo — e uma área que tradicionalmente sempre teve taxas elevadas e continua, que é essa Região Centro-Oeste. Isso está diretamente relacionado a uma série de condições de vida urbana, que têm a ver desde com questões do tipo de habitação que as pessoas moram — água encanada, carro, energia —, têm a ver com o fenômeno da gravidez precoce em algumas áreas de centros urbanos, têm a ver com diferença de IDH, percentual, taxa de mortalidade, enfim, com jovens. Onde as condições são piores, mas de uma forma concentrada — eu vou explicar isso agora, isso não é uma regra geral — há também uma deterioração maior da violência.

Esse outro mapa mostra — eu não vou explicar também como ele foi feito, é uma técnica de regionalização — e eu quero entender quais são as áreas homogêneas em termos de violência no Brasil. Esquecendo a divisão por Estados, podemos ver claramente como o Brasil tem, considerados os indicadores socioeconômicos e as taxas de criminalidade medidas através do homicídio, áreas



bastante claras. Esse mapa não quer dizer que é mais ou menos, mas simplesmente mostra quais são as áreas parecidas em termos de problemas de segurança pública, que seriam basicamente 4 grandes zonas.

Nós temos uma zona metropolitana de violência urbana, composta por 112 municípios, sendo 5 capitais, que têm elevadas taxas de homicídios, mas também têm elevado IDH. Nós temos algumas zonas de expansão da violência, com taxas de homicídio entre 20 e 30, compostas por quase 800 municípios, que têm taxas médias. E zonas de criminalidade tradicional, ou seja, aquelas áreas onde sempre ocorreram crimes por razões de ordem passional, etc. Além de uma zona grande de baixa violência que compreende cerca de 20% dos municípios.

O que está acontecendo nesses centros urbanos que está puxando essa violência e essas taxas? Um dos paradoxos que nós temos em relação à violência no Brasil é que toda essa violência está ocorrendo justamente num período em que há uma melhoria generalizada dos indicadores sociais e econômicos. Hoje, nós temos crianças morrendo numa proporção muito menor que há 30 anos. O nível de educação aumentou, o nível de renda aumentou, o nível de consumo aumentou e, no entanto, a violência está crescendo também, ao lado, inclusive, do fortalecimento das instituições democráticas. Talvez o País nunca tenha vivido um período de estabilidade democrática e, ao mesmo tempo, um período de tanta violência.

Em primeiro lugar, nós temos isso que chamamos de uma concentração muito grande da violência. Ou seja, em geral, ela ocorre em alguns locais da cidade, vitimando também determinados grupos bem específicos de pessoas. Ela tem horário para ocorrer. Quando observamos, por exemplo, como se dá a distribuição da criminalidade violenta por horas do dia, sabemos que, conforme o tipo de crime, ele tem um padrão espacial e temporal bem específico de ocorrer. Por exemplo, essa é uma imagem que ocorre num centro urbano que tem a ver justamente com determinadas áreas de prostituição, de comércio, de ilegalidade, enfim. Em outros horários, no período matutino, por exemplo, acontecem outros padrões de crime que muitas vezes, no caso de Belo Horizonte, têm a ver com a concentração de pessoas e de alvos em determinados locais e em certos horários — num ponto de ônibus, por exemplo.



Outro aspecto extremamente importante para entendermos o que está acontecendo no Brasil hoje é esse da segregação espacial. A violência está levando a uma segregação crescente de determinadas partes da cidades — está diretamente associada a isso — e também de determinados grupos sociais. Vou pegar aqui alguns dados. Por exemplo, esses aqui são dados de Vitória. É interessante que, embora tenhamos vários municípios na região metropolitana, nós temos a violência relativamente concentrada em alguns *hotspots*, como chamamos, que são extremamente próximos, estão a cerca de 1 quilômetro, 2 ou 3 quilômetros uns dos outros.

Quando analisamos, por exemplo, o caso de Vitória, vemos que quase 50% dos crimes acontecem em 3 zonas, têm horário — essa aqui é mais ou menos uma representação gráfica do horário em que esses crimes acontecem — e acontecem em áreas específicas: uma área desorganizada, que está diretamente relacionada a essa questão das condições de vida urbana; ou áreas comerciais, também onde prevalece um grande grau de desorganização.

Quais são as explicações que nós temos para concentração dessas taxas de crime nesses locais? Vamos pegar agora um outro estudo feito pelo INPE em São Paulo. É interessante, ao analisar São Paulo, ver que há uma distribuição muito característica em relação às vantagens. Pessoas mais educadas, com níveis mais altos de renda estão muito concentradas em determinadas regiões da cidade.

É interessante. Um professor inventou um conceito para explicar um pouco essa ideia de a violência não estar relacionada diretamente à questão socioeconômica, a ideia de desvantagens concentradas. Nós temos alguns locais que concentram muitas desvantagens. No Brasil, nós inventamos um outro, que é a concentração de vantagens: alguns locais do espaço urbano com muitos serviços públicos. Aqui os senhores podem ver, por exemplo, a malha de serviços de transporte público, a malha, enfim, de ofertas, de equipamentos, de educação, de esporte, de lazer, extremamente concentrada nas cidades. Essa é uma regra que se repete em quase todos os grandes centros urbanos. O nível de renda, não por acaso, está justamente nesses mesmos locais onde há essa concentração. Nesses locais, o policiamento é melhor. Na Zona Sul, por exemplo, do Rio de Janeiro, o



padrão de policiamento é muito mais alto que em outras áreas da cidade. É um padrão que se repete em todas as capitais.

Agora, é interessante quando observamos, por exemplo, em relação aos homicídios, São Paulo, que teve uma grande redução no número de homicídios, especialmente a partir de 2000, 2002. Mas o que vemos nesses 2 mapas aqui — de 2000 e de 2009 — é que, embora a redução seja visível, o padrão de distribuição espacial ainda é o mesmo. O que está acontecendo de menos está acontecendo nos mesmos locais, o que tem a ver justamente com essas áreas de pobreza localizada — mas não é uma pobreza que é distribuída. O que é interessante, quando se faz a análise sobre essas condições socioeconômicas e a localização da violência, é ver que ocorrem em algumas áreas pobres.

Então, não todas as áreas pobres são violentas, mas a violência, especialmente os homicídios, acontece especialmente em algumas dessas áreas pobres — aqui vemos isso. Isso tem a ver, novamente, com essa disparidade da segregação que observamos nos centros urbanos. Isso aqui é uma foto clássica que você tem em São Paulo, do Bairro de Morumbi, ao lado de Paraisópolis, ou seja, de um lado, você tem toda essa deterioração das condições de vida, de violência etc., e, do outro lado, você tem, provavelmente, um IDH com todas as vantagens concentradas nesses locais.

Em Belo Horizonte, também uma outra análise que a gente fez mostra a mesma coisa, ou seja, das 85 favelas que existem na cidade apenas 6 concentravam, durante o período dos estudos, 6 concentravam mais de 20% dos homicídios da cidade. Ou seja, é um fenômeno extremamente concentrado, que pode ser explicado que, quando você analisa esse grupo de 6 favelas, elas também têm indicadores socioeconômicos ainda em relação às outras favelas, ou seja, são locais muito pobres, que provavelmente estão ficando mais pobres em virtude da ação da violência, da guerra entre as gangues e do confronto entre os jovens nesses locais.

Isso aqui, por exemplo, é uma das imagens. O próprio desenho da malha urbana explica muito por que a violência acontece nesses locais. Sempre costumo dizer que é um labirinto de becos, vielas etc. Acaba sendo quase o equivalente a uma selva para um guerrilheiro, ou seja, é muito fácil. E muito difícil para a polícia



atuar nesses locais. Acaba atuando de forma extremamente esporádica e muitas vezes em conflito com a população local.

Uma outra coisa interessante também, quando a gente observa essa violência, é que ela ocorre... Isso aqui é um gráfico mostrando justamente a distância entre onde a pessoa foi morta, onde morava o assassino, onde é a residência e onde ocorreu o crime. Tudo isso acontece num espaço de menos 400, 500 metros em algumas áreas urbanas.

O que isso mostra? Provavelmente, eram pessoas conhecidas, cresceram na mesma comunidade, entraram em conflito e, em algum momento, acabaram se matando. Você não sabe direito quem é a vítima, quem é o agressor. O agressor hoje se torna vítima depois. Ou seja, o somatório desses dados todos nos mostra uma realidade extremamente peculiar em relação à violência brasileira, ou seja, não é correto falar, como muitas vezes se diz, que está havendo uma explosão da violência nos centros urbanos. Na verdade, o que está havendo é uma implosão da violência em alguns centros, em alguns grupos, em alguns locais das grandes cidades.

Isso aqui, por exemplo, é um outro gráfico, que mostra, por exemplo, um estudo que estamos fazendo sobre gangues, quadrilhas antes de a pessoa ser vítima. Muitas vezes, ela foi vítima de 4, 5 atentados antes de vir a ser vítima da violência.

Em geral, é uma violência que ocorre em determinadas regiões. Você pega uma dessas regiões violentas, você tem essa delimitação por territórios, onde começa a ocorrer muitas vezes o conflito entre 2 grupos ou entre territórios diferentes. É muito uma disputa territorial.

Isso aqui, por exemplo, é um desses locais onde essa disputa territorial ocorre. É interessante, é novamente um lugar complicado, mas há um ponto específico, é uma espécie de praça de guerra. Por que essa praça de guerra acontece? Primeiro, porque é um ponto de vendas lucrativo de drogas, e aí há muita disputa. Se vocês observarem, existem até condições ambientais propícias. Isso, por exemplo, é um muro, e muitos dos membros de um grupo se escondem atrás, para atirar nos membros do outro.



Uma das soluções simples, para minimizar, não para resolver, é justamente fechar esses locais e começar a fazer esse tipo de intervenção urbanística também. Em geral, são grupos muito complicados. Essa coisa que acontece no Rio de Janeiro não se repete em outras Capitais, de você ter grandes facções, ou como você tem, em São Paulo, o PCC. O padrão, via de regra, dos centros urbanos brasileiros tem a ver com o padrão de grupos de 10, 15, 20 pessoas, mas que ainda não estão articulados.

Para que ocorra essa articulação... É interessante que são poucas pessoas, na verdade, mesmo nas favelas violentas, é menos de 0,5% da população local que está envolvida com esses grupos. Ou seja, ao contrário do que se acredita: que, por ser favela, os favelados estão envolvidos. Não, é menos de 0,5%.

Como isso ocorre? A partir de uma série de estudos, temos mais de 20 estudos feitos. Fizemos estudos no Rio de Janeiro, em Vitória, Recife, Belo Horizonte. Então, a gente pode ver essa lógica de evolução que nos ajuda aí, sim, a entender um pouco o que está acontecendo hoje no Rio de Janeiro.

O que temos é que, num primeiro momento de estruturação das atividades criminosas, você tem esses pequenos grupos, escaramuças, muitos conflitos, onde as condicionantes sociais explicam muito o surgimento de jovens que crescem sem supervisão, família desestruturada, drogadição, enfim, todas as variáveis clássicas que a gente tem. A partir de um segundo momento, esses grupos começam a produzir violência, os jovens passam muitas vezes a fazer, tomar parte de um desses grupos. Aí você começa, aí, sim, a ter gangues ou quadrilhas que ocupam determinados territórios.

Ora, a violência entre esses grupos vai levar muitos dos líderes para a cadeia. E aí, dadas as características do sistema prisional brasileiro, há um processo *de upgrade* desses jovens dentro do sistema prisional. Hoje, um aspecto em que as pessoas prestam talvez pouca atenção é a centralidade que o sistema prisional teve, por exemplo, na criação do PCC, do Comando Vermelho. Ou seja, como é que a gente não presta atenção, por exemplo, nessa questão prisional de uma forma mais atenta, que não é diferente da que ocorreu em outros países. As maras salvadorenhas, por exemplo, foram formadas dentro do sistema prisional norte-americano, as gangues de Los Angeles também sofrem esse *upgrade* enorme



a partir do momento que elas vão para o sistema prisional. No nosso caso, inicialmente no Rio de Janeiro, começou com o Comando, Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigo dos Amigos, no caso de São Paulo, com o PCC. Mas é um fenômeno que pode se repetir também em outras Capitais brasileiras.

Quando você tem esse terceiro momento, você começa, então, uma fase intensa de lutas por disputas territoriais, no caso do Rio. É o momento talvez que a gente esteja vivendo, ou seja, quando eles saem do sistema prisional ou quando os líderes estão no sistema prisional. Você começa um período de intensa competição, onde alguns líderes comandam as ações de dentro, e os que estão lá fora são líderes cada vez mais jovens e mais violentos.

Isso gera grande comoção da opinião pública, a mídia passa a atentar para isso. E o que ocorre? Há um terceiro momento, de acomodação, que acho que é o que a gente está observando também no Rio de Janeiro, mas que a gente começa a observar também em algumas outras áreas metropolitanas, que é o papel dos grupos paramilitares, milícias e coisas desse tipo, que passam, de certa forma, a coordenar as atividades naquele território específico. Então, as milícias seriam um passo mais avançado em relação à coordenação das atividades criminosas.

Talvez o passo mais perigoso provavelmente é o que a gente tem de mais próximo a uma máfia brasileira. A gente ainda não tem uma máfia carioca, brasileira, mas estamos chegando lá, justamente através da ação. Por quê? Porque aí a lógica passa a ser mais econômica. Até então, o tráfico de drogas não era regido por uma lógica exclusiva econômica. Ele é regido muito por uma lógica de vinganças, de conflitos, enfim, de honra, de autoridade. Mas, a partir de certo momento, então, os próprios homicídios passam a ser seletivos. O papel das polícias muda. É extremamente importante o papel que a polícia tem, por exemplo, na estruturação dessas atividades criminosas, porque a polícia que até então extorquia passa, então, a fazer parte da organização criminosa. Crime organizado, por definição, é isso, é quando você tem a participação das instituições e dos agentes da lei. E aí, sim, você chega, então, ao último estágio, que é a lógica do crime globalizado, internacional, organizado, como você tem os cartéis colombianos ou a máfia japonesa, etc.

Também temos outros aspectos que são importantes para a gente entender. Além dessa dinâmica da estruturação das atividades criminosas nos centros



urbanos que está ocorrendo entre os jovens, também temos alguns aspectos institucionais, em particular o que diz respeito ao nosso sistema de justiça criminal. Temos várias organizações que fazem parte, Ministério Público, juízes, polícia, Polícia Civil e Militar, sistema prisional, nossa infraestrutura legislativa, que conversam muito pouco entre si. Na realidade, é o que chamamos de um sistema frouxamente articulado, ou seja, não há muita interação sequer entre as polícias. Entre as polícias a gente vê essa fonte de conflito permanente, não há fonte de interação com o Ministério Público, que está em permanente conflito também com as polícias e com os juízes, e os juízes, que muitas vezes estão complementemente alheios ao problema criminal brasileiro, estão mais preocupados com os aspectos formais da lei.

Ou seja, temos uma série de aspectos que levam a que esse sistema não funcione como um sistema. Ele funciona mais como um conjunto de organizações que não tem um objetivo em comum. Daí a gente entende um pouco a gravidade do problema da impunidade hoje no Brasil, extremamente elevada. Se você pegar aqui, por exemplo, alguns dados apenas que peguei, recentes, as cortes conseguem chegar a um veredicto em apenas 23% dos casos no Brasil. Isso é um dado do CNJ. De cada 100 casos de crimes contra a pessoa, menos de 3% são condenados por juízes — é informação de outra pesquisa. No Rio de Janeiro, investigações policiais resolvem menos de 5% dos homicídios, em Pernambuco, de 2.114 municípios, apenas 117 chegaram até o sistema judicial — não quer dizer que eles tenham sido condenados —, além do aspecto de você ter também uma polícia, como no caso do Rio de Janeiro, que matou mais de 1.300, ou seja, 20% dos homicídios que aconteceram no Rio de Janeiro foram decorrentes da ação policial.

O somatório disso justamente permite compreender cada vez mais esta crise institucional na área de segurança pública existente no Brasil hoje. O mais grave, talvez, seja que esta crise não é reconhecida como crise pelos gestores, pela grande maioria dos gestores. Você conversa com muitos deles, e eles falam: não, isso são problemas pontuais, são maçãs podres, aspectos, na verdade não são centrais dentro o sistema de Justiça criminal. É uma crise que não é reconhecida por crise, e não é por outra razão, talvez, que não tenhamos isso na agenda das políticas



públicas de uma forma muito mais acentuada, traduzindo-se em orçamento etc., como deveria.

Um dos aspectos, por exemplo, desta crise que não se discute é a reforma das polícias, que é, no meu entender, talvez um dos aspectos mais importantes a serem discutidos. Mas que reforma das polícias? Quando falamos em reforma das polícias, existem várias coisas que podem ser mudadas, algumas coisas que são mais factíveis do ponto de vista político, que vão ter mais ou menos impacto em relação à violência. Por exemplo, em geral, as pessoas pensam nas grandes soluções ou nas grandes modificações estruturais que têm paralisado, ou seja, a unificação das polícias é uma coisa que, evidentemente, teria um alto impacto, extremamente importante, mas não vai ser feito da noite para o dia. Isso é extremamente difícil, há um *lobby* tremendo de as próprias polícias não deixarem que isso aconteça.

Desconstitucionalização das polícias é outro aspecto crucial, fundamental. Talvez seja um pouco mais viável politicamente, mas é um aspecto também difícil. Há, do ponto de vista de curto prazo, algumas soluções, como adotar modelos de gestão semelhantes ao Compustat, de Nova York, sistemas integrados de informação, formação de equipes integradas para solução de problemas, que são aspectos relativamente fáceis, têm impacto grande. Em geral, as soluções que a gente encontra são resultado de mecanismos e gestão e que também têm, vamos dizer, mais viabilidade política do que outras.

Você tem outros aspectos que são um pouquinho mais difíceis politicamente, mas que também têm impacto alto: policiamento comunitário. Por quê? Porque o policiamento comunitário requer uma mudança na cultura organizacional das polícias.

Gestão integrada das polícias: isso é uma coisa extremamente difícil, mas é uma das coisas que têm um impacto enorme. Vou falar aqui nos exemplos, em Belo Horizonte, justamente de um mecanismo de gestão integrada das polícias, que funciona. Tem uma redução rápida dos crimes violentos nesses locais e aquelas que são mais difíceis. Enfim, vou deixar a apresentação aqui para vocês darem uma olhada em cada um dos quadrinhos, das possibilidades que você tem aí em relação à reforma das polícias e que impacto isso teria.



O interessante é que, muitas vezes, ficamos discutindo coisas que têm impacto muito baixo do ponto de vista da segurança pública. Não é por serem fáceis. Por exemplo, você criar grandes Conselhos de Segurança Pública é uma coisa que é ótima para as pessoas, trocar ideias, mas, se você não tiver uma metodologia de trabalho em conjunto, o impacto é muito baixo.

Quais são as possibilidades de cenários futuros diante desse quadro institucional que temos? O pior cenário, se nada for feito: provavelmente, vamos chegar até o ano de 2026 com alguma coisa da ordem de 90 mil homicídios/ano. Esse é o cenário em que ninguém se mexe, as coisas continuam acontecendo da maneira como está, não se vão mudar as leis, não se mudam as polícias, não se muda essa infraestrutura.

O segundo cenário é uma coisa que, de certa forma, já está ocorrendo no Brasil, que é a superação de adversidades, ou seja, o Governo Federal ainda não leva para frente a questão da segurança, mas alguns Estados procuram isoladamente cada um levar e desenvolver soluções próprias. Então, a gente... Por exemplo, o caso de São Paulo, que tem reduzido drasticamente os homicídios, o caso de Minas, que tem diminuído os crimes violentos. E você tem também um melhor cenário, que era você ter isso como prioridade política para os próximos 20 anos, como política de Estado, não de governo, você ter uma continuidade, com reforma de organização e sistema de Justiça criminal, introdução, tecnologia de informação, qualificação, melhoria dos quadros, reforma processual penal, desenvolvimento de projetos de prevenção e investimentos maciços. Porque, hoje em dia, o orçamento do Governo Federal, por exemplo, para a área de segurança é uma coisa muito baixa se comparado, por exemplo, com o da área de saúde. A área de saúde tem 30, 40 bilhões/ano, a área de segurança não chega a ter 200, 300 milhões.

O que ocorre? A gente vê, em outros Estados, essa superação de adversidades: São Paulo tem conseguido resultados; Minas Gerais também tem conseguido; Belo Horizonte, principalmente, conseguiu resultados notáveis na diminuição dos crimes violentos, conforme vocês podem ver nesse gráfico. E isso é resultado, enfim, de uma ideia, isso é resultado de um aspecto que é extremamente importante: não confundir políticas sociais genéricas com políticas de criminalidade.



Política de criminalidade tem especificidade própria, tem foco próprio e, provavelmente, vai ter impactos diferentes, conforme eu vou tentar mostrar aqui. Em parte porque no Brasil se pensa muito que você tem que fazer uma escolha entre políticas mais duras, dissuasórias, repressivas, que reduzem taxas de crime. Elas têm um impacto, têm, justamente, como consequência um rápido apoio inicial, mas que, rapidamente, vai se tornar difícil de sustentar ao longo do tempo. Então, por exemplo, políticas de confronto, políticas de, enfim, de botar todo mundo na cadeia. Isso funciona, mas o impacto é rápido. Rapidamente se dilui ao longo do tempo, e tende a perder esse apoio inicial.

A outra forma é você trabalhar isso através de políticas sociais, assistencialistas, que também reduzem taxa de crime, mas tem um período de tempo maior para ter essa redução. O benefício é uma política muito sólida, do ponto de vista da legitimidade, mas os custos são uma política que toma tempo para dar resultados, além de ser uma política que tem uma difícil convivência com essas gangues de criminosos nesses locais. A gente já observa isso, por exemplo, nas iniciativas do PRONASCI, em algumas áreas do centro urbano, onde eles têm que conviver e negociar com o tráfico e os grupos locais e as gangues.

E você tem uma terceira maneira, que é você trabalhar, alavancar, focando infratores que são altamente, vamos dizer, produtivos em termos de criminalidade. Você reduz a taxa de crime, e aí você começa um processo de empoderamento, de trabalhos, de políticas sociais locais, e, aí sim, você tem uma redução mais continuada ao longo do tempo, porque isso incrementa incrivelmente a capacidade de a própria comunidade passar a cuidar dos problemas de segurança que existem.

Bom, um dos exemplos é o Projeto Fica Vivo, que tem basicamente 2 grandes grupos: um é formado por essas estratégias mais dissuasórias, Ministério Público, polícia, e sistema prisional também entra, através do monitoramento. E uma outra parte, que é composta pelos programas sociais. Em geral, primeiro, você começa com essa ação mais dissuasória, essa intervenção mais estratégica e, depois, com as atividades de proteção social, que são feitas através de várias ações, vários mecanismos. Esse é um projeto. Por exemplo, o Estado de Minas hoje ocupa mais de 14 mil jovens envolvidos nessas oficinas e programas. E você tem o grupo de intervenção estratégica, que também é responsável por ter essa ação focalizada,



localizada, muito direcionada para determinados criminosos, que são os grandes responsáveis pelo incremento da violência.

Outra é você trabalhar também com gestões integradas de polícia, que são estratégias extremamente eficazes também. Isso depende, por exemplo, de você ter uma mesma área territorial de atuação. Você tem que ter polícias atuando na mesma circunscrição, junto também com áreas de Justiça, se possível, e onde você tem uma grande sala de reuniões, onde os problemas são discutidos, as deficiências de informação são discutidas etc.

Então, o segredo está em justamente você ter esse plenário para discutir determinadas áreas da cidade e cobrar resultados. Você tem uma série de informações — também vou deixar à disposição aí — que são requeridas para serem respondidas em cada uma dessas áreas, bem como as estratégias que são necessárias para resolver os problemas dentro de cada área. Isso também funciona bem. Isso aqui é um retrato de uma dessas reuniões, por exemplo, onde está todo mundo sentado em torno de uma mesa, diante de mapas, dados, estatísticas, para tentar solucionar problemas. Tudo isso sob a coordenação, naturalmente, política. E vai assegurar o fluxo de recursos, orçamentos necessários para a solução desse problema.

Bom, para terminar, é interessante, porque isso é uma análise que foi feita do custo/benefício de vários programas de controle da violência e criminalidade no Brasil. Isso está publicado num livro recente que nós fizemos. É interessante. Se você pega, por exemplo, o Programa APAC, o Programa APAC é um programa de aprisionamento mais *light*, que tem um conteúdo religioso, um forte conteúdo religioso, em que os presos mesmos gerem o sistema prisional. Ele é um sistema com baixa taxa de reincidência, mas é também um sistema muito caro. Se você pegar para você prevenir um crime violento sério, vamos dizer assim, um crime violento, você gasta 21 mil reais com o sistema prisional. Você tem outros, que são formas de patrulhamento focalizado para áreas mais violentas nas áreas de cidade, que também funcionam, mas também têm custo relativamente elevado: quase 7 mil reais para você prevenir um crime violento.



Você tem programas como, por exemplo, o Bolsa Família, que é um programa social genérico. Como ele não é voltado para a prevenção da criminalidade, ele acaba tendo um impacto muito baixo, e o custo dele é muito alto: 11 mil reais.

Agora, olha diferença quando a gente pega um programa específico, voltado, focalizado para a criminalidade, como esse que eu acabei de descrever: você gasta 30 vezes menos do que uma estratégia através do sistema prisional, 20 vezes menos do que através de uma política social genérica. Isso não quer dizer, naturalmente, que você tem que parar com as políticas sociais genéricas. Significa que elas não foram customizadas para enfocar o problema da violência e da criminalidade, que é o nosso grande problema. Ou seja, como desenhar essas soluções específicas voltadas para os problemas de determinados grupos em áreas específicas da cidade que têm que ser identificadas, e a ação tem que se dirigir a esses locais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Terminada a exposição do Dr. Cláudio Beato, passamos à lista de inscritos. O primeiro inscrito é o Deputado Fernando Gabeira.

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu, infelizmente, talvez não possa ficar todo o tempo, porque vou presidir uma Mesa do seminário de drogas, mas quero, em primeiro lugar, agradecer a sua contribuição. E acho que esses dados à nossa disposição aqui são muito importantes para termos alguma orientação não só no relatório, como alguma orientação no próprio trabalho mesmo. Eu tenho constatado no cotidiano que algumas questões, como a unificação da polícia, realmente são projetos de muito longo prazo, que não dizem respeito ao momento.

Há questão que me preocupa muito, como cidadão do Rio de Janeiro, a ocupação territorial. Eu acho que não há saída para a situação. É claro que saída do ponto de vista da realização das Olimpíadas existe. Nós já tivemos a Rio 92 e tivemos o Pan, com um sistema de segurança pontual, que resolve o problema. Mas eu digo uma saída no sentido de libertar grande parte da população da ocupação



militar dos traficantes e dos milicianos. Eu não vejo caminho a não ser um projeto de curto, médio e longo prazo, que consiga realmente realizar a libertação.

A experiência que nós tivemos, digo nós, Brasil, foi no Haiti. No Haiti a gente conseguiu uma boa intervenção em Bel Air, depois uma boa intervenção em Cité Soleil. Mas, no Haiti, nós gastamos 5 vezes mais por ano do que gastamos no Rio. Em segundo lugar, no Haiti são 2 comunidades. No Rio, são 600. Em terceiro lugar, as comunidades no Haiti são no plano. As no Rio são no morro. Então, o que eu vejo no Rio de Janeiro são projetos piloto. Há um projeto piloto, o Dona Marta, há outro projeto piloto, há outro projeto piloto no Babilônia, há um projeto piloto na Cidade de Deus. Mas eu não vejo um projeto, um plano que se desdobra no tempo e seja verificável.

E vejo também que os 2 Presidentes da República que nós tivemos recentemente, tanto Fernando Henrique quanto Lula, têm uma distância olímpica em relação a essa questão. Parece, para eles, que não é uma questão em que o estadista deva mexer. Talvez seja uma questão lá de polícia. Então, sem esse projeto, eu não vejo... Eu acho possível o combate pontual. Você resolve um problema aqui, resolve ali, essa situação que foi mencionada. Mas, sem um projeto desse tipo, eu não vejo avanço possível.

Eu quero saber a sua opinião. É possível conviver com ocupação territorial armada e, simultaneamente, tentar resolver o problema por outros caminhos?

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Deputado, eu concordo inteiramente com você. Eu acho que o grande drama do Rio de Janeiro, nesse caso, é que você tem que ter um plano estratégico. Eu concordo inteiramente que o primeiro passo é a retomada do território. E, sem você restaurar a ordem nesses locais, é muito difícil qualquer projeto social, qualquer programa mais de médio prazo, envolvendo jovens, emprego etc., vá funcionar assim. Agora, qual é o plano? Eu ainda não sei. Seria interessante saber. Pois é, eu gostaria de saber. Evidentemente, eu acho que o Governo do Rio de Janeiro está diante desta situação difícil. Porque tem de retomar os territórios, sim. Mas o que vai ser feito depois? É uma pergunta até que eu ouvi da polícia do Rio. E quando o Rambo for embora? Sair das favelas, parar o conflito... Que tipo de programa de ocupação permanente vai ser feito em termos de envolvimento de jovens que estão em outros projetos



sociais etc.? Por isso é que eu faço questão, na descrição dos projetos, em não fazer essa separação entre esses 2 aspectos.

E nós temos também, ao lado disso, problemas de ordem estrutural muito sérios, que dizem respeito ao tipo de desenvolvimento urbano que nós temos hoje nas grandes cidades. Essa coisa da segregação espacial, por exemplo, é uma coisa dramática! Eu acho que o caso do Rio de Janeiro demonstra isso muito claro. Você atravessa uma rua, e você passa de um IDH 0.4 para um IDH 9. Sabe, é uma coisa maluca com que a gente conseguiu conviver ao longo de todos esses anos e que agora está transbordando.

E o terceiro aspecto que eu acho que é importante nisso é a informação a respeito dos problemas de violência. O senhor mencionou aí a respeito de 650 favelas. Não são 600 que têm problemas de violência. São 20 ou 30 talvez, não é? Essas 20 ou 30 vão sofrer ação preferencial, prioritária e concentração de esforços e recursos. O nosso problema está em tentar resolver todos os problemas através da segurança. E aí eu retomo talvez o problema de o tema segurança nunca ter estado na agenda política no nível federal, porque nós tentamos resolver os problemas nobres da economia etc. e tal, achando que, com isso, vão se resolver a reboque os problemas da segurança pública. E não é o que tem acontecido. Pelo contrário, o Brasil tem melhorado, incrementado os seus indicadores, e o problema da segurança ainda continua dramático por causa dessa concepção de achar que uma coisa está a reboque da outra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sobre o que fazer depois, uma das ideias em que eu penso é a seguinte: se nós conseguirmos recuperar o território, nós não vamos evidentemente acabar com o tráfico de drogas, mas nós vamos nos colocar no patamar das grandes cidades do mundo. O tráfico de drogas continuará existindo com a sua intensidade, mas sem ocupação territorial armada. A experiência que eu vi no Rio e em alguns lugares...

Por exemplo, no morro ao lado de onde eu moro nós tínhamos poucos policiais no posto. Com o tempo, os policiais passaram a ser dominados pelo tráfico. Então, por exemplo, dentro do posto lá desse morro eles só podiam se mover sem farda, com a camiseta, porque os traficantes determinaram que eles só podiam se mover ali dentro de camiseta, para ficar bem claro que eles estavam dentro do



esquema. Então, é muito difícil; E a gente não tinha condições de resolver o problema porque precisava de muita gente. Tinha que ter muita gente para ocupar de maneira...

Então, eu penso realmente que é impensável você manter tantas comunidades ocupadas de uma maneira adequada com tanta gente. É preciso resolver o problema. Lá no Haiti... A gente continua lá. Em Bel-Air talvez tenha havido um decréscimo e tal, mas a gente continua lá. Mas o problema seria, simultaneamente à ocupação, tentar criar uma base, uma base para tentar levar as escolas, tentar levar o posto de saúde, tentar levar o Estado para se instalar lá. E, simultaneamente, aumentar o nível de informação sobre essas áreas. Nós temos no Rio um fenômeno que eu acho que não é possível em nenhuma cidade do mundo. Nós temos, por exemplo, os “bondes”. Bondes para o senhor é fácil entender. Mas esses são conjuntos de carros que se deslocam com os traficantes. Os “bondes” se deslocam 17, 20 quilômetros, com 4, 5, 6 carros, todos armados. E ninguém se dá conta! *(Risos.)* A polícia não se dá conta.

Em qualquer grande cidade do mundo, se nós tivéssemos 5, 6 carros cheios de homens armados se deslocando, alguém dava o sinal e imediatamente a polícia chegava. Então, esse processo vai ter que ser também acompanhado de um processo de sofisticação da informação da cidade, com um número maior de câmeras, um número maior de controle. Agora, eu não vejo as coisas serem feitas de uma maneira que a gente possa dizer assim, pelo menos dizer: fracassou, não deu certo porque não há plano, não há caminho. Quer dizer, nós vivemos no dia a dia. E o dia a dia às vezes nos dá imensas depressões, como essa agora: ganharmos as Olimpíadas, derruba-se um helicóptero.

Então, imediatamente, simbolicamente, quer dizer, a conquista das Olimpíadas foi, de certa maneira, neutralizada pela derrubada do helicóptero. Enquanto na verdade, se a gente tivesse um plano, um projeto, um caminho, diríamos “não”, que dentro do nosso caminho é isso. Agora, eu não vejo saída a não ser convencer os governantes. E não estou conseguindo convencê-los! *(Risos.)* Daí a necessidade de uma ampla frente, como tenho proposto — propus lá na CPI do Rio de Janeiro. É que a gente faça no Brasil o que a gente fez com a questão sanitária; que a gente crie um partido da segurança pública. Não é que todos entrem



no partido, mas que, independente do partido político onde a gente esteja, a gente se une para tentar resolver essas questões de segurança pública. No caso da política sanitária, no Brasil, eles são do PMDB, do PT, de vários partidos; mas quando se trata de um tema da política sanitária, se unem todos. Acho que o caminho vai ser este: a gente criar uma frente para poder convencer.

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Deputado, eu ficaria satisfeito com uma política de segurança pública; não precisa ter um partido ainda, não é?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu digo partido no sentido de uma pressão suprapartidária para que haja uma política.

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Sei. É um problema de interesse nacional, e pronto! Acho que esse consenso a gente precisa. Não há o reconhecimento, talvez, da gravidade da crise, para que se tenha de levantar esse consenso nacional em torno do tema segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Na verdade, quando foi proposta esta CPI, o foco principal era exatamente — e o Dr. Cláudio Beato citou com muita propriedade, fez uma comparação — a questão da saúde e a questão da segurança. Eu tenho dito que é mais do que um plano. Na verdade, não temos um sistema de defesa social no País; não se discute esse tema como um todo. E a CPI... Porque são CPIs subsequentes. Teve a CPI do sistema carcerário, que é um dos pilares do sistema de defesa.

Então, vai-se fazer um plano para resolver como. Se temos um sistema manco, um sistema que é a questão da ressocialização...

Realmente, é questão de priorização política, sem dúvida nenhuma. Temos que chegar ao final da CPI — não é, Deputado Gabeira? — com uma proposta concreta para apresentar para o Brasil.

Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Na realidade, tenho dito, Dr. Beato e Deputado Gabeira, que acho que a gente tem que fazer um esforço para que o trabalho que a gente desenvolve, nesta Comissão, tenha um caráter de Estado. Porque, de certa forma, a gente tem conseguido preservar aqui, digamos, esse ambiente da disputa natural da política eleitoral; eventualmente, aparece uma outra situação, mas faz parte.



No geral, acho que há um esforço importante — acho que este talvez seja o principal segredo do trabalho que nós podemos desenvolver — de tratar esse tema como tema de Estado.

Então, rapidamente, sobre essa questão, entendo que temos 2 grandes desafios gerais. O primeiro é chegar a uma proposta de um sistema nacional de segurança pública que defina de maneira mais clara inclusive os papéis. Porque estou convencido de que boa parte das experiências que têm resultados positivos são aquelas onde o Município se integrou como parte integrante do problema. É muito difícil essa política complementar de inclusão ser desenvolvida pela União ou pelos Estados. Então precisamos trazer o Município para que seja parte integrante daquilo que a gente chama de sistema nacional de segurança pública.

E a segunda questão — eu não ia falar sobre isso agora, mas me senti provocado — de que não podemos fugir é a questão do financiamento. O Deputado Gabeira já me ouviu falar sobre isso. Eu não acredito que a gente possa avançar para valer numa política diferente no País. Não precisa ser obrigatoriamente com o sistema de vinculação de receitas. O fato é o seguinte. A saúde tem um orçamento anual. Se nós pegarmos aí, alguém calcula aqui quanto é a arrecadação mínima que a saúde tem no País. Basta aplicar o percentual mínimo dos Municípios, dos Estados, da União, não é?

Perfeito. A educação, da mesma forma. Se o Município não aplicar aquele recurso, ele não tem acesso. A segurança pública não só não tem orçamento, como a própria contrapartida. O que a gente observou aqui com os trabalhos que já nos foram apresentados? Alguns Estados... Quanto mais recursos do Fundo Nacional de Segurança foram para o Estado, menos o Estado colocou de recursos próprios. Sequer temos as garantias de uma parceria.

Então, nós precisamos estabelecer minimamente um orçamento.

Eu não vou falar sobre isso aqui, mas, porque também é fundamental, não há mais como adiar a discussão sobre a questão salarial, sobre o piso salarial. Do meu ponto de vista, a própria questão da milícia e várias outras situações que observamos pelo Brasil são, digamos assim, a elevação, numa máxima potência, o bico, que é a atividade complementar como forma de sobrevivência do profissional da área da segurança pública, que inclusive tem uma escala que é o suprassumo da



hipocrisia da sociedade. Porque, numa escala de 24 por 72... Ninguém trabalha 24... E você oferece 72 horas, exatamente, para dizer para o cara: *“Olha, arruma um meio de vida, porque só o que o Estado pode te oferecer é a carteira, é a arma; o resto tu te vira!”*

Rapidamente, aqui, só para colaborar. Concordo plenamente com essa questão do território. Acho que o Rio de Janeiro, inclusive, é muito característico disso. Quem sou eu aqui para me atrever a falar sobre isso? Mas essa questão da geografia do Rio ajudou muito a isso. Quer dizer, você tem enclaves, você tem pontos estratégicos e regiões de classe média e classe média alta que são áreas de comércio, pontos de venda muito valiosos, consumidores. Tendo a achar que, num determinado momento, não dessa forma, mas essa questão territorial era meio do jogo do bicho, que controlava um pouco essa área, essa divisão dos espaços territoriais. E isso é tão forte culturalmente no Rio de Janeiro que a milícia também se estrutura a partir da questão de controle dos territórios. Então, segundo informação que eu ouvi, na nossa ida ao Rio de Janeiro, hoje a milícia tem mais áreas sob controle do que o Comando Vermelho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - De vez em quando ela vende uma área; quando ela precisa de dinheiro, ela vende! (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso que eu ia dizer.

Então, o que acontece? Você tem um processo absoluto de ausência do Estado, onde uma organização paramilitar cada vez mais se consolida enquanto alternativa do cidadão; e ela expulsa o traficante, num primeiro momento, que passa a procurar uma outra área de atuação e força a guerra. E a milícia monitora conforme o seu interesse econômico; se precisar retomar a área, retoma. Eu, particularmente, tenho uma opinião de que esse alto número de mortes, que é totalmente absurdo — nos Estados Unidos são 300 pessoas mortas pela polícia por ano; São Paulo, 300, no Rio de Janeiro, 1.300 —, se deve muito ao fenômeno da milícia, onde inclusive há perda total da relação de autoridade com bandido e com o próprio policial. O bandido passa a enxergar o policial como outro bandido. E isso faz com que o poder de fogo se extrapole.

Então, para mim, a retomada do controle territorial deve ser a chave da estratégia.



Segundo, a questão da arma. Tenho uma opinião, Dr. Beato, até pela experiência de trabalho, de que é muito mais fácil, por exemplo, controlar o tráfico de armas do que a droga. O centro do poder da organização criminosa, do meu ponto de vista, não está na droga; está na arma. É a arma que dá o poder de fogo; é a arma que dá capacidade de controle territorial.

Você apreende uma arma, você tem capacidade de rastreá-la. Sobre essas armas que estão sendo apreendidas é possível a gente saber de onde elas vieram, por quem elas foram vendidas, quando elas foram vendidas, como é que elas entraram no Brasil; com droga, é muito difícil de fazer isso. Mas nós não temos nenhuma política no País integrada. Hoje, temos o SINARM, mas que não dialoga com o SIGMA. Há uma imensa resistência por parte dos Estados. Para informar o sistema nacional sobre isso, aí você depara com situações como essa com que o Brasil hoje está perplexo. Uma arma entra pela fronteira do Paraguai ou da Bolívia, como nós assistimos no Rio de Janeiro, e vem até Brasília; de Brasília vai até Caldas Novas; de Caldas Novas vai até Uberlândia, e de lá vai para o Rio de Janeiro pela via Dutra. Passa por Receita Federal, por postos do ICMS em todas as fronteiras dos Estados, por Polícias Rodoviárias Estaduais e Federal, praças de pedágio, Inteligência dos Estados da Polícia Federal, e ninguém detecta. Então, do meu ponto de vista, a questão da arma de uso restrito é questão chave. E é uma questão que eu acho em que nós podemos avançar rapidamente.

Eu conversava hoje com o Deputado Fernando Gabeira sobre isso. A nossa legislação hoje, em função inclusive de uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), que o STF acolheu, praticamente dá tratamento legal para um cidadão que é pego com um revólver 32, não registrado, e para um bandido que é pego com uma metralhadora num morro.

Inclusive, a questão de, em determinadas situações, ser infiançável, ou não ter a prisão provisória, que nós aprovamos aqui, o STF derrubou. Então, você imagina: um cara é preso com uma metralhadora e o STF entende que esse é crime de mera conduta. Não é pelo fato de que o cidadão estava com a metralhadora que eu posso deduzir que ele iria cometer um crime. Ora, Dr. Roberto, do meu ponto de vista isso é um estímulo à impunidade. Eu acho que nós temos que enfrentar essa



diferença entre o que é arma de uso restrito, o que é arma de guerra e o que é arma comum.

Por fim, o último tema, Deputado Domingos Dutra, que está aqui conosco, é a questão do sistema carcerário. Na minha opinião, controle do território durante muito tempo já existe no Brasil; só que era controle do território dos presídios, e por isso a sociedade não reagia. Há quantos anos o Estado entregou o sistema carcerário, para as organizações criminosas? Há quantos anos, no Brasil, cada pessoa presa pelo Estado é uma pessoa recrutada para o crime organizado?

Eu tive a oportunidade ir ao Morro dos Macacos com a CPI, naquela sexta-feira. Chegamos lá, no pé do Morro dos Macacos, onde tem uma carceragem da POLINTER. Eu fui à carceragem. Todos os presos que estavam lá dentro eram do Comando Vermelho. Todos, sem exceção! Sem pátio, sem refeitório, uma carceragem que em maio chegou a ter 560 pessoas. Nas janelas uma espécie de turbina, espécie de ventilador, uma turbina funcionando 24 horas por dia, para os caras não morrerem por falta de ar.

O que me disse o responsável?

“Olha, aqui não tem outra saída. O cara foi preso, ou ele nos diz qual é a organização criminosa dele, ou ele escolhe uma. Porque se ele não escolher, ele morre.”

Então, não tem saída. O que acontece? O que o senhor falou, quer dizer, nós estamos recrutando pessoas e entregando os jovens para o crime organizado. E aí o que acontece?

Chegou a LDO: o que tem de dinheiro para presídio? O nosso Governo conseguiu construir vários presídios de segurança máxima no País. Lançamos há vários anos o chamado Projeto Presídio Jovem Adulto, para jovens de 19 a 24 anos, com ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, no máximo 400 vagas. Sabem quantos foram construídos durante o nosso Governo? Nenhum! Porque os Estados não querem, os Municípios não querem, porque é difícil a burocracia. Se falar com as autoridades, todas são a favor. Mas nenhum presídio de jovem adulto...

Então, se nós não enfrentarmos hoje a questão do sistema carcerário... E tomar uma decisão política nesta Casa significa botar dinheiro no Orçamento, fazer



um pacto com os Governadores, mudar radicalmente essa lógica do sistema carcerário. Ou, do meu ponto de vista, nós estamos, de novo, chovendo no molhado.

Então, eu acho que esta CPI tem a tarefa de provocar uma discussão, nos próximos dias, sobre algumas questões centrais. Tem vários Parlamentares pensando sobre isso. E eu acho que a contribuição de vocês, como estudiosos, como pensadores, é muito importante, exatamente para que a gente também não erre do ponto de vista do foco.

Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sobre financiamento, essa é uma questão política também. Se o Governo começa a fazer coisas bem feitas, ele pode pedir da sociedade mais, mostrando que você pode reduzir os grandes custos com a segurança privada. Porque hoje o custo com segurança privada no Brasil é enorme. Se você pudesse passar uma faixa desse custo para o Estado, seria uma coisa excelente! Agora, quanto aos presídios, eu queria só observar 2 coisas. Esse presídio que foi mencionado aqui, no Morro dos Macacos, eles quase destruíram no dia da revolta. E também você observa uma coisa: quando os ônibus foram queimados, parte da população depenou os ônibus. O que mostra que grande parte da população não está conosco. Este também é um dado político fundamental. Uma parte da população não está conosco; está com eles. E esse é um dado sobre o qual a gente vai ter que trabalhar, e é política o que também vamos ter que pensar.

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Enfim, concordo inteiramente. Acho que a questão do financiamento... Não por acaso, o próprio Renato Lima já esteve aqui falando dos dados do fórum. Os Estados que estão superando a diversidade nessa área são os Estados que mais estão botando dinheiro na área de segurança pública. É muito claro isso lá no quadro; é um dado importante.

Agora, com relação à questão das armas, eu concordo em que a gente tem que ter um monitoramento mais de perto em relação ao tráfico. Mas eu acho que um trato com relação a posse de armas no dia a dia das grandes cidades é fundamental também. Por que? o que ocorre? Vejam bem, é interessante. Nós tivemos uma legislação que foi muito bem sucedida, a da lei seca, com relação ao controle do uso de álcool e da direção. Por quê? Ela começou de fato a ser aplicada e a população começou a respeitar. No entanto, a gente tem uma situação na qual muitas vezes



você obriga o motorista a usar o bafômetro, mas não verifica se o carro dele tem uma arma lá dentro. Ou seja, é uma situação paradoxal, a severidade que a gente tem em determinadas coisas, mas não tem em relação a outra. A arma de fogo, por exemplo: não há a mesma severidade em relação a posse e uso da arma de fogo, ainda que de forma legal.

Só uma última questão, a respeito dos Municípios.

Deputado, eu concordo em que, ao lado do Governo Federal, os Municípios são os outros grandes ausentes desta discussão. Prefeito não gosta de discutir isso também, da mesma forma que o Presidente, os estadistas também não gostam de lidar com esse tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Com a palavra o Deputado Jorginho Maluly; depois, a Deputada Vanessa Grazziotin.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Presidente Alexandre, nobre Relator Paulo Pimenta, Dr. Cláudio, primeiro uma metáfora para poder desconcentrar um pouco a atenção. V.Exa. é a pessoa correta, com o nome correto. Primeiro, porque é Beato. E beato é aquele que tem uma fé inimaginável para enfrentar essa questão. Segundo, chaves. Porque tem de ter as chaves dos caminhos das portas para a solução, e filho, para salvar os nossos filhos vítimas dessa violência.

Começando com essa metáfora com o nome de V.Sa., com todo o respeito, eu quero discordar, primeiro, da questão do Prefeito. Sou ex-prefeito e jamais me escusei a debater qualquer questão. Tenho 3 presídios em meu município. No entorno são 12. O problema é que o município não tem dinheiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É bom V.Exa. dizer o nome do Município.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Mirandópolis, minha querida Mirandópolis, na região noroeste do Estado de São Paulo.

O grande problema é que o Município não tem dinheiro. O Município é aquele que tem todas as obrigações, e fica com 13%, 14% do orçamento que é arrecadado.

Inclusive, tem um projeto de minha autoria, para o qual peço o apoio a todos aqui, que visa dar um FPM diferenciado para os municípios que eu considero impactados pelos presídios. Um município recebe o presídio, e o senhor sabe o que



vem ao lado do presídio. E não estou dizendo que é só isso, mas que vem isto também: a questão das drogas, a questão social dos familiares dos presos, que vão depender da creche da prefeitura, vão depender de casa para morar, vão depender de remédios, da cesta básica... Enfim, o município arca com uma despesa, e não tem contrapartida alguma em torno disso.

Então, não é que o município não queira enfrentar isso. Salvo raríssimas exceções em nível de Brasil, os municípios não têm é dinheiro para enfrentar nem dia a dia para fazer o asfalto da rua que é preciso, ou o recapeamento, quanto mais para fazer investimento numa guarda municipal. Ainda assim, dá algum prédio para a SINETRAN, dá funcionário para o Poder Judiciário. Até isso o município faz. Até dá digitador por fora porque o Estado, às vezes, não consegue suprir. Em São Paulo, por exemplo, que é um Estado mais rico, uma grande parte dos municípios não tem nem delegado. Você não tem um delegado de polícia para poder atuar, para poder fazer, e que dirá a nível de Brasil! Eu quero concordar *ipsis litteris* com algumas coisas que V.Exa. colocou. Primeiro, que segurança e violência não são questões de Estado. Não se debate esse assunto; só nas campanhas. Aí vai-se falar que tem um programa, que tem isso, que tem aquilo. Mas dar a palavra para uma atitude é muito difícil.

Segundo, entendo que falta uma integração. Na medida em que União, Estado e Município estiverem integrados... E integração de que eu falo não é só de recursos, mas de todas as ações.

O senhor fez um belo diagnóstico sobre algumas regiões do País, sobre as áreas metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo, Rio, Vitória. Então, acho que este é o primeiro ponto: um diagnóstico nacional, que, pelo que vejo, já está bem encaminhado. Outro palestrante esteve aqui, Deputado Alexandre, e também nos deu um bom material para trabalhar. Inclusive, na palestra anterior — e eu queria depois ouvir a opinião de V.Exa. também —, disse que a violência está se interiorizando. Alguns índices do interior, que eram pacatos, estão se tornando cidades violentas, porque o crime está acompanhando o presídio. É aquilo que o senhor diz da organização criminal. O senhor colocou uma comparação que ainda não tinha ouvido, mas que é fundamental. Hoje, as organizações criminais já estão se aproximando das máfias. Há uma estrutura de funcionamento semelhante que



envolve todas as autoridades. Eu convivo muito com os agentes penitenciários, por exemplo. Eles não têm a mínima condição de enfrentar esse pessoal. O cara chega e diz: “vai entrar um celular aqui na cadeia e você fica quieto; olha, sua filha estuda na escola tal, sai de lá às 11h, sua mulher trabalha em tal lugar e sai às 5h.”

Eles têm a ficha de todo o mundo que trabalha lá. E o cara, entre a segurança da filha dele e passar o celular, ele vai fechar o olho. Isso estou falando de uma causa sentimental, sem falar naquilo que o senhor disse, que é o envolvimento do dinheiro, aquela parceria onde a corrupção policial, de uma maneira geral, pode interferir — e interfere. Foi dito aqui pelo Pimenta que uma arma anda o Brasil inteiro. Vimos outro dia que o roubo de carros no Brasil com o Paraguai quem comandava era o chefe da barreira, que deveria estar controlando!

Falou-se aqui da questão do cidadão comum ter arma. É que muitos estão se sentindo não protegidos pelo Estado, e acabam, de uma maneira errada, é claro, querendo se autoprotoger com o revólver dentro do... E a arma cadastrada, legalizada, não é problema. O problema é aquela arma que ninguém sabe onde está. O Pimenta colocou muito bem: você querer comparar o cara que mora lá numa fazenda no Mato Grosso do Sul, que tem uma cartucheira 32 para matar uma capivara, que, se for pego com ela sem documento, é o mesmo caso do cara que anda nem com uma metralhadora, mas com um AR 15, ou, como eles dizem, com um “mata-polícia”. E mais: o cara da capivara terá prisão em flagrante.

Bom, queria ouvir a opinião do senhor sobre algumas coisas bem pontuais. O senhor considera que a polícia está preparada para esse enfrentamento? Quando eu falo polícia, pode-se entender Estado. O consumo de álcool, que vem crescendo, liberado no Brasil afora, principalmente entre a juventude, contribui para essa violência? Falei da violência que estava indo para o interior, da falta de ações integradas. Vi uma entrevista hoje de manhã de um grande criminalista, Toron, advogado de São Paulo, onde ele questiona a questão do regime de progressão. Isso é uma questão que eu trouxe para o debate da Casa, no âmbito da CPI do Sistema Carcerário, de que eu fiz parte. Falo do monitoramento eletrônico do preso que sai nos indultos. E não é exceção, é regra: ele comete delitos nesse período que ele tem de benefício. Vi hoje um promotor que estava foragido há 8 anos que foi preso lá em São Paulo. Dizia o advogado dele que, dentro de 3 ou 4 anos, ele já



estará em liberdade. Matou a mulher grávida! Pegou acho que 18 anos de pena, mas que, com um bom comportamento, daqui a 3 ou 4 anos ele estará na rua. Hoje, para matar uma pessoa, às vezes compensa. Vou lá matar; fico lá 2 anos, fico bonzinho, envolvo-me com a criminalidade e até ganho força para voltar para fora. E estou livre da encrenca!

Eu não concordo com isso. Só estou dizendo que as pessoas pensam assim. Eu quero ouvir a opinião do senhor sobre a prisão perpétua. Como enfrentar o PCC, o Comando Vermelho, falange não sei das quantas? De que maneira enfrentar esse poderio que esse pessoal tem?

E sobre a questão da unificação das polícias? E sobre guardas municipais, como o senhor vê o papel das guardas?

Para finalizar, mais 2 ou 3 coisas. Como o senhor vê o papel das escolas nesse movimento? Entendo que o senhor disse que há ações que dão uma mídia, num primeiro momento, mas que depois se esquece. E há outras que não dão tanta mídia, mas dão resultado a médio e longo prazo. Entendo que a formação das 2 ações tem de ser permanentes e conjuntas; ações imediatas, midiáticas, mas continuadas para ter o resultado que a gente espera. Por fim, eu entendo que deveríamos ter recursos carimbados, sim, para essa questão.

E uma polêmica que podia ser levantada aqui: se dentro, por exemplo, de 1% ou 2% do que é educacional não se poderia aplicar em projetos para a juventude e para resgate da violência. Já ouvi muitos prefeitos, e eu também já fui prefeito. No final de ano, tem-se ou que arrumar uma reforma de uma escola ou comprar um ônibus, ou comprar um veículo para cumprir os 25%. É um tema polêmico, mas que podia ser levantado se dentro desse percentual de 1%. Será que não poderia servir para projetos de recuperação dos nossos jovens?

E, por final, qual o exemplo que o senhor daria, a nível de Brasil ou de mundo, a ser seguido, para que a gente possa incorporar no relatório do Deputado Paulo Pimenta, para podermos dar a nossa contribuição? Na CPI do Sistema Carcerário fizemos um belo trabalho, um belo documento, e não vi de concreto, de lá para cá faz quase 1 ano, nada acontecer em cima desse trabalho. Então, queria essa contribuição do senhor para que possamos fazer efetivamente o passo a passo, dar a contribuição a CPI. Não só fazer um belo relatório, tanto pela competência do



Pimenta quanto do material que está sendo apresentado, mas também transformar isso em ações, para quando o senhor voltar aqui, daqui a 1 ano ou 2, esses índices tenham diminuído.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Antes de o senhor responder, Dr. Beato, quero, em primeiro lugar, registrar aqui a presença do Sr. Marcos Winck, que é Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais. Ele já se colocou também à disposição para colaborar com o trabalho da CPI, com a experiência de tudo o que ele tem produzido, o trabalho que tem desenvolvido. Então, seja bem-vindo! Eu quero aqui publicamente agradecer, Winck, o apoio e o trabalho que vocês já estão desenvolvendo junto conosco.

Antes de passar a palavra, quero citar 2 exemplos, Deputado Jorginho, que me parecem interessantes.

Quando estivemos no Rio de Janeiro, houve uma polêmica sobre o episódio do "Polegar", que era um dos chefes do tráfico do Morro da Mangueira e que foi para o semiaberto, saiu pela porta da frente. Desde o primeiro dia em que saiu nunca mais voltou. Havia opinião contrária da polícia, do Ministério Público, da Secretaria de Administração Penitenciária. Todo o mundo era contra, e mesmo assim o juiz concedeu a progressão. E o interessante do debate é que a alegação do juiz foi a seguinte: não me interessa o que ele fez antes; me interessa ele ter bom comportamento dentro do presídio. Se ele teve bom comportamento, eu dou a progressão.

Quer dizer então que, mesmo o cara sendo chefe do tráfico, mesmo tendo tudo isso, do ponto de vista formal, o único aspecto, segundo o magistrado, a ser considerado foi esse.

Segundo exemplo. Nós aprovamos aqui na Casa uma lei determinando que, no caso das condenações por porte ilegal de armas de uso restrito das Forças Armadas, não haveria liberdade provisória. E mudamos, inclusive, se não estou enganado, Deputado Biscaia, os critérios de progressão. Mas o STF acolheu uma ADIN e a considerou inconstitucional. Inclusive aquelas questões que diziam respeito a determinados casos em que não existia a possibilidade de se pagar fiança para sair. Então a Câmara aprovou. Mas, lamentavelmente, acabou sendo acolhida



uma ADIN. Tínhamos proibido a fiança em determinadas situações, proibido a prisão provisória, dificultado a progressão, e, pela decisão do STF, ficou praticamente a mesma coisa: o homem da cartucheira para matar capivara e o cara no morro. Como disse o Dr. Beato, há pena maior para aquele que matar uma capivara do que para o cara que for pego com uma metralhadora no morro.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O que é um absurdo!

Quero pedir desculpas ao Dr. Beato, ao relator e aos nobres Deputados, porque eu tenho um programa na *TV Câmara* às 4 horas. São 10 minutos. Eu vou e retorno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputada Vanessa Grazziotin, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, é só uma sugestão. Estamos inscritos, pelo que tenho conhecimento, só eu e o Deputado Domingos Dutra. Nós falaríamos e depois ele responderia a todos.

Eu já cheguei no andar da carruagem, e vejo que há um outro problema além deste. Eu enxergo o problema da violência como enxerga a maioria da população. Não sou uma estudiosa que se dedica a este tema, mas o acho importante, porque a Casa é assim: alguns estudam mais um tema, outros estudam outro tema. Mas tenho procurado prestar muita atenção e aprender, até mesmo para sugerir algumas questões relativas à segurança.

Pelo que percebi, V.Sa. abordou muito a questão em aspectos relativos às realidades do Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo, e Minas Gerais. Acho que as características da violência no Brasil não são muito diferentes, da violência urbana sobretudo. Eu sou de Manaus. Infelizmente, pelo último censo, pelos últimos dados publicados, nobre Relator, a situação de violência lá piorou de forma drástica. Hoje todas as pesquisas apontam que o pior problema vivido na cidade de Manaus, que hoje tem aproximadamente 2 milhões de habitantes, é o problema da violência. Manaus difere do Rio de Janeiro do ponto de vista da ocupação territorial da área urbana, porque as favelas não estão nos morros, como no Rio de Janeiro; as nossas favelas estão nos igarapés, na beira dos rios que cortam toda a cidade.



O interessante é que ouvi o senhor falar sobre controle territorial. É preciso ocupar território. Na minha cidade, o Governo desenvolve já há alguns anos um programa que considero exemplar, chamado PROSAMIM, de saneamento dos igarapés de Manaus. PROSAMIM significa Programa de Saneamento de Igarapés de Manaus. Aparentemente, poderia não ter muito a ver com a violência, mas tem, porque é exatamente nessas áreas onde estão localizados os maiores pontos de drogas, de disputas, de alojamento das armas ilegais, onde acontece o maior número de homicídios, de brigas do tráfico. Esse foi o alvo principal do Governo. Essas áreas mais problemáticas, mais sensíveis, foram o alvo inicial.

Mas pergunto ao senhor: se o Governo, o poder público, age para tomar uma área, para ter o controle daquela área, a migração não é automática para outro local? Segundo, o controle de armas feito é parecido com o controle de carros, de automóveis. Não é isso, Dr. Beato? O controle de arma é mais ou menos parecido com o controle de carro, que tem um número de chassi. É assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Mais ou menos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Tem uma numeração, mas ela é externa, então é muito fácil de ser adulterada. Na época da CPI das Armas, fizemos um esforço extraordinário para negociar com a indústria uma mudança da legislação que inclusive colocasse mecanismos de identificação internos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Tivemos grandes resistências. Inclusive, quem fiscaliza isso é o Exército. E, segundo eles, isso dificultaria muito a participação da indústria nacional no mercado externo, que não aceita este padrão, já que boa parte das armas vendidas para o mundo anda por uma zona, digamos assim, sombreada entre a legalidade e a ilegalidade. Então, há uma grande resistência.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, Deputado Pimenta, eu quero dizer o seguinte. Ouvi com muita atenção o senhor e o convidado falarem a respeito do controle de armas. Eu concordo plenamente, e acho isso inadmissível. Concordo com a proposta de se aumentar a pena, de a pena ser diferenciada para quem é pego com uma 32 ou com uma carabina ou com sei lá que tipo de arma que



é restrita ao uso militar. Mas isso não vai resolver o problema, porque aquele que usa arma do tráfico, arma pesada, não está nem aí para a sua vida. Então, para ele, se a pena vai se de 20 a 30, se é de 100 ou de 50, pouco interfere. Ele não está nem aí! Ele está lá para matar ou para morrer. Se ele vai apodrecer na cadeia ou não, quanto mais tempo, ele pensa que tem mais condições de fugir da cadeia e de comandar o crime de dentro da própria cadeia.

Então, Deputado Paulo Pimenta, acho que esta CPI... V.Exa. falou da CPI do Tráfico de Armas, que teve dificuldades. Mas não podemos chegar, Deputado, V.Exa. que é o Relator, ao final dos trabalhos e falar dessa dificuldade, mesmo porque não temos que discutir com ninguém; temos é que aprovar lei.

Eu, com meus poucos conhecimentos, tenho convicção absoluta de que só vamos conseguir controlar arma no Brasil quando tivermos, no século 21, um mecanismo que utilize todo um dispositivo que a nova tecnologia nos dispõe. Ano passado, aprovamos um projeto de lei, que apresentei à Casa no ano de 2000, que estabelece o sistema de controle e rastreamento de medicamentos no Brasil. Sou farmacêutica, e não me conformava com a falta de controle desse setor na área de saúde. A pirataria atua fortemente. E a pirataria, atuando na área de medicamentos, leva à morte. Não é a morte por um tiro, não é o tiro da arma, da bala, mas o tiro do medicamento pirateado que leva à morte.

Na CPI dos Medicamentos, ouvimos centenas de pessoas, de famílias que perderam entes por uso de medicamento falsificado ou que tiveram parentes que ficaram cegos, perderam órgãos, ficaram com problemas de saúde irreversíveis. Apresentei, a partir dali, um projeto de lei para o rastreamento, um dispositivo eletrônico que caberá à Vigilância Sanitária definir. Aprovamos em dezembro do ano passado o projeto. Em janeiro deste ano o Presidente Lula o sancionou. É lei no Brasil, e as indústrias que não eram nem um pouco simpáticas ao projeto já estão, com a ANVISA, na conclusão do debate para ver que dispositivo usam, porque os dispositivos avançam. Temos o código de barras e uma série de coisas, e eu concordo que tem que ser interno mesmo, que rastreie e descubra. E isso não vai dificultar em nada.

Temos 2 elementos importantes que já enxergo. Um é a tal da política. É inadmissível que não se tenha algo único. Estamos discutindo agora e vamos votar



no plenário — já temos uma política de meio ambiente no Brasil, temos um código florestal, mas vamos votar a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Existe um plano que, no nosso entendimento, é insuficiente, porque foi aprovado por decreto. Queremos uma lei. O Executivo mandou e nós vamos aprovar. Se tem o da saúde, o da educação, enfim, tem que ter o da segurança. Então, este é um foco que o Relator falou.

Com o outro foco eu também concordo, que é o pleno controle sobre as armas e equipamentos. Até um dia desses a Receita Federal do Brasil não dispunha de *scanner*. Vejam: a Receita Federal do Brasil. E sabe como conseguimos a compra de muitos *scanners* mais modernos, que foram adquiridos recentemente pelo Ministério da Justiça, pela Polícia Federal? Por um convênio, por conta da pirataria também. Ou seja, a indústria, quando quer, rapidamente se mobiliza e arruma os recursos para isso e aquilo. Então, foi feito um convênio com organismos e instituições internacionais e colocado isso à disposição do Governo, que adquiriu esses novos *scanners*, que são bons instrumentos também para fiscalização e combate. Agora, precisamos de muito mais.

Por fim, Deputado Pimenta, quero apenas fazer um apelo a V.Exa. Nós já aprovamos o requerimento para irmos a algumas regiões do País. Estamos entrando num bom momento para irmos ao Amazonas. Poderemos fazer disto, da ida ao Amazonas, como a etapa do Norte, porque com esse agravamento do problema de segurança pública... O Vice-Governador passa a coordenar uma grande ação de reformulação de uma série de questões que, penso, que seriam importantes. O Governo do Estado anunciou, recentemente, o aporte de mais de 150 milhões em recursos novos, porque também entende que sem recurso não se chega a lugar nenhum.

Era isso. Não fica nenhum questionamento. Apenas opiniões muito singelas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Agradeço a contribuição da ilustre Deputada Vanessa Grazziotin.

Só a título de esclarecimento, nós temos projeto tratando dessa questão, Deputada, da mudança dos mecanismos de identificação, em termos semelhantes ao que V.Exa. fez referência. Acho que, de fato, esse é um bom caminho.



Sobre a questão dos *scanners*, concordo plenamente também. Há poucos dias... Poucos dias, não. Há tempos atrás, numa ação que nós fizemos, infelizmente só tinha 1 *scanner* em funcionamento na Ponte de Uruguaiana, fronteira com a Argentina, funcionando de maneira extremamente precária. Na grande maioria dos locais, inclusive, não tinha pessoal habilitado para operar os *scanners*.

Só 2 questões que eu acho também relevantes. Nós temos que resolver — esta é a minha opinião — uma questão que nós temos no Brasil hoje, que é a existência de 2 sistemas de controle e registro de armas. Nós temos um sistema que foi criado, que é mais ou menos o que seria o INFOSEG, que é o SINARM, que é onde as polícias deveriam lançar as informações a respeito das armas apreendidas, para que nós tivéssemos um banco nacional de informações. O primeiro problema é que não acontece nada para os Estados que não lançam. Então, já tem projeto de lei sobre isso também; mas isso é atrasado, é rudimentar. Mas o problema principal, na minha opinião, é que nós temos um sistema paralelo, chamado SIGMA, que quem controla é o Exército Brasileiro.

Então, a exportação de armas, a fabricação e o controle dessas armas, e a comercialização, quem faz é o Exército. Só para a senhora ter uma ideia, cada policial militar — O Deputado Itagiba pode me corrigir se eu estiver errado; e veja isto, Deputado Paes de Lira — por exemplo, no Rio de Janeiro, a informação que eu obtive, pode comprar 3 armas a cada 2 anos. Essa arma é comprada direto da fábrica. Essa arma não vai para o SINARM. Essa arma fica no SIGMA. Se eu apreendo uma arma na mão de um bandido, e se, por ventura, essa arma foi desviada de alguma corporação policial do País, ela não vai aparecer no SINARM, porque, como ela foi comprada diretamente da fábrica pelo policial, ela está no SIGMA. E essa informação quem tem é o Exército.

Então, seria fundamental no País hoje que nós tivéssemos um único sistema, a que tivesse acesso as polícias. Aí temos uma grande polêmica, que já vem se arrastando há anos, no sentido de diminuir, vamos dizer assim, a participação do Exército nesse controle, que dificulta, na minha leitura, e muito, o trabalho de investigação e a atuação das polícias em todo o País.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.



O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Deputado Dutra e Deputado Pimenta, se me permitirem, é só para eu aduzir alguma coisa ao comentário do Deputado Pimenta, nosso Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. Existe uma outra coisa que também não é feita. Por exemplo, existem hoje equipamentos capazes de registrar a impressão digital de cada arma produzida e comercializada. E eu vou fazer aqui uma grave denúncia a esta Comissão, que acho que precisa ser rapidamente apurada. No Rio de Janeiro, à época em que estivemos à frente da Secretaria, inauguramos uma área específica de balística, com equipamento, inclusive, dos mais modernos à época, para o cadastramento de todos os armamentos, para que se pudesse fazer inclusive a comparação balística. E a informação que me chegou ontem ao meu gabinete, pelos representantes, inclusive, dessa empresa, é de que, embora todo o treinamento feito, todos os recursos investidos, esses equipamentos hoje não se encontram em funcionamento, e as pessoas que estão lá não estão capacitadas mais a fazer uso, nem foram renovados os *softwares* necessários para a continuação do trabalho, o que dificulta, e muito, a apuração dos homicídios praticados no Rio de Janeiro. Portanto, acho que é algo que precisaria ser revisto por esta Comissão.

Muito obrigado, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sra. Deputada, nosso expositor, Dr. Cláudio.

Sr. Presidente, eu queria dar algumas sugestões para os trabalhos da Comissão, porque este tema é tão vasto, tão complexo, que há horas que a gente imagina que não há solução, apesar de todos os avanços que a gente sente. Mas, pela multiplicidade da criminalidade, pelos atos que se repetem e pela impotência do Estado, a gente também tem hora em que chega a ter essa mesma sensação. Queria sugerir para a CPI que eu acho que, com os trabalhos feitos, eu acho que a gente deveria deter o nosso tempo em alguns temas. Primeiro: tráfico de drogas, para o que nós temos que dar tratamento especial, aprofundar o debate, saber que tipo de legislação se propõe etc. Segundo: tráfico de armas. E esses estão intimamente ligados. O terceiro é o sistema carcerário, que já tem um acúmulo aqui nesta Casa. Quarto. Outro seria a questão das milícias, que aí envolve não só o Rio de Janeiro, mas também o Estado de São Paulo, as grandes regiões metropolitanas.



O quinto seria o aparato jurídico, tanto aquele que está consolidado, quanto o que precisa ser atualizado; mas também o aparato jurídico em tramitação. Aqui tem projeto de lei para tudo. Se a gente conseguir fazer o levantamento de todos esses projetos e, ao final, tentar consolidar e aperfeiçoar, eu acho importante. Sexto: articulação entre os órgãos. Todos nós já diagnosticamos que há uma multiplicidade de órgãos que funcionam sem nenhuma articulação. O sétimo seria a qualificação dos agentes públicos, porque está claro que a estrutura material e o nível salarial de quem trabalha na segurança pública tornam todos incompatíveis para enfrentar o crime organizado. E o último, a questão do financiamento. A questão do financiamento, que também está patente, já que há necessidade de se ter recursos de forma unificada para combater o crime.

Eu queria colocar para o expositor algumas questões bem objetivas. Primeiro, queria que o senhor fizesse uma reflexão sobre o papel da mídia na banalização da violência. É uma coisa que me incomoda. Você acorda às 6 horas da manhã e vai para a mesa com um cadáver junto com você. Eu estou aqui com a *Folha de S.Paulo* de hoje — todo mundo viu. Um corpo encontrado dentro de um carrinho de mão de um supermercado lá no Rio de Janeiro. Criança, jovem, todo mundo olhando aquilo ali como se fosse coisa natural.

Queria que o senhor fizesse uma reflexão. Como trabalhar isso? Há liberdade de imprensa, mas a exposição da violência, da forma mais brutal e que, para mim, a banaliza, estimula, torna isso coisa corriqueira. Passa a ser uma coisa comum, hoje, matar, morrer, ver pedaços de corpos no meio da rua.

A segunda pergunta é sobre o controle das fronteiras, sobre essa questão do tráfico de armas e tráfico de drogas. Que sugestões a gente pode ter num país com fronteiras tão amplas, tão abertas? Esse é um problema vital, que todo mundo sabe que existe, mas a gente tem que encontrar alguma pista.

A terceira questão é sobre a fiscalização das armas, através desses postos de controle. É possível a polícia... Com tantos postos da Polícia Federal, postos fazendários, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, como a gente pode controlar a circulação dessas armas com um tráfego tão intenso de veículos? Há alguma forma tecnológica? Há algum aparelho que possa detectar a presença de armas e drogas circulando de um lado para outro?



A quarta questão, sobre a qual queria que o senhor se manifestasse, é sobre se é conveniente, se é oportuno, se ajuda ou não a federalização da segurança pública de uma vez, criar, talvez, um Ministério, um organismo específico, já que esse é um assunto crescente, as cidades, inchadas, o Estado impotente com um conjunto de forças públicas: Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Florestal, Exército, Marinha, Aeronáutica. A impressão que se tem é de que ninguém consegue fazer face a esse aumento da violência.

Uma quinta questão é sobre qual é sua opinião sobre o consumo de drogas, porque, se as drogas estão por trás de muitos desses crimes, e se há legislação — e ninguém é favorável a que se puna o consumidor —, como é que a gente trata isso? Se tem consumo, aumenta o tráfico. Como é que você consegue controlar o tráfico sem uma política para a questão do consumo? E, dentro do consumo, qual é a sua opinião para liberação da maconha? Porque é um tema recorrente. Segundo os jornais desta semana publicados nos Estados Unidos, foi liberada a maconha para fins medicinais. Aqui o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso é um defensor da liberação da maconha. Eu queria que o senhor se manifestasse. Inclusive sobre o jogo do bicho e os bingos — isso está tramitando nesta Casa —, no que isso influencia.

Por último, queria que o senhor também se manifestasse sobre qual é o reflexo que tem para a criminalidade, mesmo aquela criminalidade comum, a impunidade dos de cima. A elite não vai para a cadeia. A corrupção é infernal! Daniel Dantas fez o que fez, e está debochando da nossa cara. A crise no Senado, às vezes aqui na Câmara, está aí todos os dias. Qual o reflexo que isso tem para a criminalidade no conjunto, na medida em que aqueles que são detentores de cargos públicos podem praticar uma série de crimes e têm proteção do aparelho estatal? Como é que isso pode refletir nessa impunidade etc.?

Portanto, são essas as questões, Sr. Presidente. V.Exa. estava ausente, mas eu listei aqui 8 pontos sobre os quais acho que a CPI deveria se deter: tráfico de drogas, tráfico de armas, milícia, sistema carcerário, aparato jurídico, unificação das estruturas do Estado e como qualificar melhor os agentes públicos, tanto na forma material quanto nas questões salariais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Agradeço e peço desculpas a V.Exa, porque tive de conceder uma entrevista.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A mídia é importante. Quando V.Exa. fala, ela tem um caráter educativo. Agora, desse jeito aqui, acho complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Tenho certeza de que as suas contribuições têm sido muito importantes para o trabalho desta Comissão.

Com a palavra o ilustre Parlamentar do Estado de São Paulo, Deputado Paes de Lira.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui e eu lamento, mais uma vez, Sr. Presidente, devido à coincidência de horários entre a Comissão de Segurança Pública e a do Combate ao Crime Organizado, entre o funcionamento da Comissão e o da CPI. Às vezes, fica impossível dar atendimento às duas atividades. E, realmente, a CPI da Violência Urbana é extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Já faço o convite a V.Exa. Na próxima quarta-feira, às 13h (foi aprovado hoje o convite), estará conosco o Ministro Tarso Genro. É muito importante a presença de todos os Parlamentares que têm acompanhado mais no dia a dia, como V.Exa., o trabalho da CPI. Quarta-feira, dia 28, às 13h. Amanhã de manhã, nós temos uma reunião de trabalho na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Realmente, vai ser muito importante ouvir o Ministro. Tarso Genro. Eu não ouvi a palestra do ilustre palestrante, Dr. Cláudio Beato, mas passei os olhos rapidamente pelos *slides* relativos à palestra, e verifico que a análise do Dr. Cláudio Beato se concentra mais uma vez — e é natural que assim seja —, essencialmente, nos índices de homicídio no País todo, analisando setorialmente, analisando as tendências, analisando por regiões, por Estados, e analisando a questão de envolvimento de armas de fogo na prática de homicídios; como também indo à discussão do modelo policial e até a um diagnóstico relacionado ao envolvimento dos jovens no crime. E essa é uma tecla que eu tenho apertado muito aqui.

O fato é que as preocupações parecem ser — e isso foi expresso também na palavra da Deputada Vanessa Grazziotin — com o pleno controle sobre armas de



fogo. Bom, o Estatuto de Desarmamento vigente no Brasil estabelece mecanismos de controle das armas de fogo em mãos de pessoas comuns e daquelas nas mãos do Estado. O SINARM e o SIGMA funcionam de modo harmônico. Eles existem e funcionam e registram todas as ramas de fogo legais. Ainda há armas de fogo legais não constantes do cadastro de dados federais do SINARM, mas esse não é o caso do SIGMA; no SIGMA todas as armas estão cadastradas.

Eu, por exemplo, Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, não posso ter arma alguma que não seja cadastrada no SIGMA. Seu eu tiver uma arma não seja cadastrada no SIGMA, estou sujeito a ser preso em flagrante delito e mandado para a prisão, independentemente da minha patente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Mas não fica no SINARM esse cadastro.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Ele não fica no SINARM. Mas, na verdade, os bancos de dados são harmônicos e estão à disposição das autoridades que administram o sistema.

O SIGMA essencialmente tem as armas estatais em seu domínio e as armas particulares dos militares e policiais. Essas estão no SIGMA. E o controle sobre os policiais, na verdade, é muito mais restrito do que o controle dos cidadãos comuns. Basta observar que, nesse processo de tentativa de recadastramento, nós ainda temos milhões de armas pessoais não recadastradas, mas dos cidadãos comuns, não dos policiais, não dos militares, porque a respeito dessas as instituições têm normas própria e estritas; e elas estão no SIGMA.

As armas que derrubaram o helicóptero da Polícia Militar do Rio de Janeiro e mataram 3 heróis do combate ao crime, da Polícia Militar, o Soldado Marcos Macedo, o Soldado Edinei de Oliveira, o Cabo Iso Patrício, e feriram 2 capitães e 1 cabo, que ainda estão hospitalizados e pelos quais, durante alguns segundos, faço a elevação do meu pensamento em oração, não são armas controladas legalmente, não são armas compradas em lojas; são armas do tráfico internacional ilícito de armas de fogo. Aliás, uma delas é provavelmente arma de alto poder de fogo, talvez uma arma antiaérea.

Na verdade, esses criminosos têm em seu poder — isso já ficou demonstrado pelas apreensões efetuadas pelas polícias militares e polícias civis do País — até



lançadores de foguetes, armas capazes de destruir um carro blindado, um carro de combate leopardo, como se fossem uma lata de sardinha; podem derrubar uma aeronave comercial, podem derrubar até um avião de combate. Basta uma plataforma de lançamento de míssil operado por um só homem, um só soldado bem treinado ou um só criminoso bem treinado.

Então, eu me preocupo muito quando eu percebo que há uma tendência em colocar a questão, em focar a questão nas armas das pessoas, nas armas comuns das pessoas comuns que têm que ser registradas, controladas e cadastradas, evidentemente porque essa é a lei. Assim diz o Estatuto do Desarmamento que já estabelece as penas, e as penas inclusive para algum Coronel da Polícia Militar. E eu posso tomar o meu exemplo: se ele tiver uma arma ilegal, se tiver arma não registrada, está sujeito a ser preso em flagrante delito e mandado para a cadeia, e não importa sua patente. Isso vale também para outras categorias que estatutariamente têm o direito de portar arma de fogo; e não importa a patente. Isso vale também para outras categorias que estatutariamente têm direito de portar arma de fogo, como juízes de direito, membros do Ministério Público, policiais de modo geral, como os auditores fiscais da Receita, e por aí.

Então, eu me preocupo muito com o desvio do foco. O foco é o mercado ilícito internacional de armas de fogo. E esse problema só será resolvido quando finalmente o concerto das nações, que está patinando nessa matéria na Organização das Nações Unidas, resolver estabelecer mecanismos reais e verdadeiros de controle da produção de armas de fogo na linha de produção industrial, porque é de lá que elas saem.

Os certificados de usuário final, hoje existentes, com relação aos lotes de armas de fogo importadas, ou melhor, movimentadas comercialmente de um país para outro, por exemplo, são burladas. Frequentemente são farsas. Essas armas, portanto, são produzidas industrialmente. Sai um lote delas — armas de alto poder de fogo, fuzis AK-47, fuzis de assalto de tudo quanto é tipo e jeito, lançadores de foguetes, metralhadoras antiaéreas —, produzidas na Holanda, produzidas nos Estados Unidos, produzidas em outros países que produzem armas, produzidas até no Brasil, e segue em regime de exportação para um determinado país que deveria



ser o usuário final. Porque tem um certificado de usuário final, exigido pela legislação. Mas acontece que a arma não fica lá; ela cai no mercado clandestino.

Então, enquanto as nações não se mobilizarem por um tratado abrangente a respeito do controle dessas armas, o problema continuará, porque não é o revólver calibre 38, não é uma pistola que o cidadão comum tenha em casa para a defesa de seu lar, de sua família, que significa o crescimento dos índices de criminalidade e o poder de fogo do crime organizado. São as armas ilegais que fazem isso, embora nós devamos admitir que parte dessas armas, evidentemente, é de armas furtadas e roubadas. Esse é um fenômeno que não pode deixar de ser reconhecido também.

Ademais, os mecanismos de controle existentes, quando estabelecidos em bases de dados controladas, de acordo com o Estatuto do Desarmamento, não podem ser tidos como burláveis desde que eles funcionem como deve ser por ação da Polícia Federal, que é a que atualmente que detém a administração do sistema no tocante às armas do SINARM e por ação do Exército. E essas 2 entidades são muito confiáveis nesse sistema.

Nós não podemos, por outro lado, lembrar que mesmo as armas comuns não ainda registradas no SINARM, a grande maioria delas, a quase totalidade delas está registrada nos bancos de dados das polícias estaduais. E bastaria um esforço de transferência do que consta nesses bancos de dados para o banco de dados federal para resolver a questão do controle geral do sistema.

Por outro lado, as armas apreendidas como instrumentos de crimes vão para um outro sistema, o INFOSEG, que registra as armas que foram apreendidas, utilizadas por quem quer que seja, seja um criminoso habitual ou não, na prática de qualquer delito. Estão lá cadastradas no INFOSEG. O problema está no tráfico ilícito internacional de armas. Esse é que tem que ser controlado de todas as formas. O fato de nós termos extensas fronteiras terrestres não justifica a falta de controle. A verdade é que armas entram no Brasil até em contêineres nos postos — declara-se que aquele contêiner contém eletrodomésticos. O controle dos contêineres é fraco, precisa ser apertado. E as armas entram por via aérea.

Recentemente uma matéria de televisão mostrou o tráfico de entorpecentes pelos portões do Aeroporto Internacional de Cumbica, franqueando o dispositivo alfandegário. Se pode ocorrer o tráfico de cocaína, de pasta à base de cocaína,



pode ocorrer o tráfico de qualquer coisa, pode-se até colocar um explosivo destinado a arrebentar, a destruir um avião em pleno ar. É isso que nós temos que resolver. Esses mecanismos de controle nós temos que resolver por força da integração completa e — concordo plenamente com o Deputado Domingos Dutra — dos órgãos que deveriam combater esse fenômeno, incluindo todos os sistemas de inteligência das Forças Armadas e das polícias, sem confundir o foco, sem tentar estabelecer, sem tentar atribuir os homicídios ao cidadão comum, à briga de vizinho. Isso é uma falácia. Isso não corresponde à realidade. Eu afirmo isso baseado nos 35 anos da minha experiência policial.

No tocante à raiz do problema, evidentemente, senhoras e senhores, discordo até de certas expressões — arma de fogo não mata ninguém, quem mata as pessoas são pessoas que disparam armas de fogo ou, então, utilizam outros instrumentos para praticar 35%, 40% dos homicídios no Brasil — vou concluir, Sr. Presidente. No último, por exemplo, uma marreta, um instrumento agrícola qualquer foi utilizado à guisa de arma. A raiz é muito séria. E a raiz é o fato de que há um crime organizado muito forte, baseado, principalmente, no tráfico de entorpecentes com um gigantesco mercado consumidor. Esse mercado consumidor não pode ser apadrinhado, tem de ser responsabilizado. O usuário tem que ser olhado como um alimentador do tráfico de entorpecente e a legislação tem que ser forte o suficiente com relação ao usuário também. Nós não podemos deixar de pôr a mão nessa ferida. E esse gigantesco crime organizado arrebanha a juventude pobre da periferia das grandes cidades para as suas fileiras. Há um exemplo aqui de uma modesta participação de jovens numa determinada favela no crime organizado. Mas esse não é o retrato do Rio de Janeiro, dos morros do Rio de Janeiro.

Eu posso lhes assegurar que não é. Na verdade, grande parte da juventude pobre é arrebanhada de alguma forma, nem que seja só em funções de vigilância, pelo tráfico de entorpecentes. E o que é pior: no desenvolvimento desse processo vergonhoso, os jovens criaram a figura do herói. E para eles o herói é o gerente da boca, é o sujeito bem-sucedido no tráfico de entorpecentes. Isso é que nós precisamos combater com o emprego de todas as energias nacionais, resgatando valores, oferecendo oportunidades à juventude, não oportunidades formais do mercado de trabalho, porque não há oportunidade formal no mercado de trabalho



que possa competir com 2 mil dólares por semana numa boca de fumo, que é o que ganha um gerente desse, que tem a ferocidade suficiente e sobrevive. Temos que trabalhar para isso, exatamente para terminar com essa sangria, com matança da juventude entre 14 e 24 anos de idade.

Esses são os focos principais, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que eu gostaria de levantar aqui, de levar à sua consideração neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Francisco Tenório não está presente.

Concedo a palavra ao último inscrito, ilustre Deputado Marcelo Itagiba, representante do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Relator, Sr. Presidente, Dr. Cláudio Beato, a quem eu conheço de longa data, bem como o trabalho por ele realizado em prol da questão da segurança pública.

Quero cumprimentar, primeiro, o nosso Deputado Coronel Paes de Lira pela suas ponderações, que me pareceram bastante corretas e oportunas, principalmente no que diz respeito à morte dos policiais militares que foram designados para uma missão para a qual não tinham o equipamento necessário, muito menos a condição de saírem ilesos de atividade cuja responsabilidade não é dos policiais e sim de quem os enviou para uma missão, eu diria, típica dos japoneses na Segunda Guerra Mundial, uma missão kamikaze.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sem falar no salário de fome.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sem falar no salário de fome que esses policiais recebem.

Mas eu gostaria de levantar algumas questões que me parece que o Dr. Cláudio Beato tem condições de nos responder, até porque o que nós observamos hoje é uma blindagem total do processo de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro — até mesmo as organizações que tinham sempre uma voz crítica parecem hoje cooptadas por um encantamento de um processo que, na verdade, não existe; e a demonstração de que não existe um projeto de segurança pública nós observamos com o que aconteceu recentemente na cidade do Rio de Janeiro, que é uma reprodução de vários fatos já ocorridos, inclusive no passado.



Por que que eu digo um encantamento? Porque uma coisa que eu não escuto mais ninguém dizer — o Dr. Cláudio Beato talvez tenha esses números — é que se criou a mística de que houve uma redução de homicídios no Estado. De que forma? Ora dizendo que é por corpos, ora dizendo que é por boletins de ocorrência, cria-se uma confusão, estabelece-se um número como percentual de redução. Só que, em contrapartida, nós, que já tínhamos um número alto no passado de encontro de cadáveres sem causa determinada de morte, observamos que esse número praticamente dobrou ou triplicou no período ao qual se atribui a redução dos homicídios no Rio de Janeiro, que se forem ou vierem a ser computados com os números de homicídios, possivelmente, nós teremos as taxas reais. E não vejo nenhum desses órgãos que no passado faziam esse controle de forma apurada realizar esse trabalho hoje em dia. E essa denúncia nasce aqui nesta Comissão, muito bem colocada pelo Relator Paulo Pimenta, que observou com muita clareza esses números. Também basta olhar o dados do próprio SUS, do Ministério da Saúde, das mortes ocorridas. Essa é a minha primeira colocação.

A segunda é que todo mundo atribui um sucesso absoluto a uma maquete construída na cidade do Rio de Janeiro, a maquete do Morro Santa Marta, como o parâmetro de pacificação das comunidades através da atuação das Polícias Civil e Militar. Nós sabemos que a perda anual na corporação da Polícia Militar gira em torno de 800 a 1.000 homens. Ou seja, a cada concurso em que eu digo que vou botar 1.000 homens nas ruas eu estou nada mais, nada menos do que fazendo uma reposição, não estou promovendo um aumento real do efetivo da corporação. O último foi na gestão anterior, quando aumentamos o número da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em 17 mil homens. E acho que o Rio de Janeiro precisa, no mínimo, dobrar o seu número de policiais, além de triplicar o salário desses policiais.

Então, essa é uma outra questão que me parece importante, porque a cada 150 homens que se tira para repetir aquilo que já foi feito — porque, na verdade, essas unidades hoje chamadas pacificadoras representam uma repetição dos postos de policiamento comunitários ou os postos de policiamento em áreas especiais, que também é uma experiência do passado, que tinham um efetivo que não pôde ser mantido —, a cada 150, 200 homens que se coloca hoje se está



deixando de repor nos batalhões da Polícia Militar, por sua vez retirando do policiamento ostensivo e, por sua vez, aumentando os índices de criminalidade nas ruas, como temos visto reiteradamente nas estatísticas.

Além disso, a realidade não é a da maquete do Santa Marta. A realidade do Rio de Janeiro é a do Morro dos Macacos, porque nós sabemos que onde existe o PAC, hoje, no Rio de Janeiro, há um acordo de conveniência para que não haja ação por parte das forças policiais para que o PAC possa se desenrolar de forma pacífica, ou seja, sem confronto. Isso precisa ser explicitado e denunciado, porque não há mais incursão nessas localidades, que se fortaleceram com esse tipo de armamento.

Houve uma outra descontinuidade política no Rio de Janeiro. Nós criamos, no passado, a figura da recompensa aos policiais que apreendessem armas e as apresentassem à apreensão. Dessa forma, foram batidos todos os recordes de apreensão, saindo do índice de 8 mil, 9 mil armas para o índice de 15 mil armas. Batemos todos os recordes de apreensão de armas. Quer dizer, um estímulo à retirada de armas das mãos dos bandidos. Quanto maior o calibre, maior era a recompensa dada ao policial que apresentasse a arma apreendida. Com isso nós aumentamos os índices de apreensão. Apreendemos, em 3 anos, 44 mil armas. Houve uma descontinuidade dessa política, o que permitiu o fortalecimento dos bandidos.

Outra coisa que eu acho que deve e precisa ser discutida nessa questão é a ação integrada. Eu a defendo desde a época em que fui Superintendente da Polícia Federal, e não fui compreendido pelo PT, que governava então o Estado do Rio de Janeiro. Depois, quando assumi a condição de Secretário de Segurança Pública, não fui compreendido pelo PT enquanto Governo Federal. Acho que agora estão presentes e reunidas as condições para que esse encontro se dê em favor da população do meu Estado e louvo essa possibilidade de integração entre Estado, Município e Governo Federal. Só que essa integração não se dá naquilo que é necessário.

Estamos tocando na questão do armamento. Eu denunciei aqui que o equipamento de balística da Polícia está parado, que não foram comprados os *softwares* para a continuidade do trabalho. Eu acho que isso é importante, porque o



armamento tem que ser apreendido, deve ser apreendido. E aí eu digo mais: as Forças Armadas estão se omitindo no processo e, por sua vez, o Governo Federal, porque as Forças Armadas não têm o direito de fazer, elas têm o dever de retirar de circulação as armas que, pelo calibre, devem ser fiscalizadas pelas Forças Armadas, que são as chamadas armas de guerra ou de calibre restrito, que se encontram nas mãos dos criminosos, como é demonstrado todos os dias em matérias jornalísticas. Além disso, toda vez que uma arma é subtraída de um quartel, uma mera munição ou uma granada de mão, há a necessidade de instauração de inquérito policial militar em que um juiz auditor militar coordene as atividades de investigação, que podem ser: mandado de busca e apreensão, interceptação telefônica e até prisão de indivíduos que estejam portando esse tipo de armamento. Então, não se trata da questão do pode ou não pode. Não se trata do poder ou não poder fazer constitucionalmente, mas do dever legal de fazer.

Portanto, o que eu defendo, e defendi sempre, é a constituição de uma força-tarefa composta por todos aqueles que têm corresponsabilidade no processo de segurança pública para, de forma integrada, unida e com os meios de inteligência de todas elas, ter ações específicas de prisão, apreensão de armas e depois ocupação — sim, a palavra é ocupação — dessas áreas e, a partir da ocupação, levar para essas áreas as necessidades de uma sociedade que ficou oprimida durante todo esse tempo por traficantes fortemente armados.

Essas são as considerações que me cabia fazer para a discussão do papel de cada um. Se não integrarmos essas forças e não fizermos o que tem que ser feito agora, teremos uma Copa do Mundo complicada e Jogos Olímpicos ainda mais complicados. Bastaria nada mais, nada menos que qualquer talibã vir ao Brasil — não precisa mais do que 1 — e se compor com aquilo de que não se fala mais nos jornais hoje: o Comando Vermelho ou ADA, instituições criminosas formais no Estado do Rio de Janeiro. Hoje, resolveu-se omitir o nome dessas organizações, como se elas não existissem como entidades próprias para fazer o atentado que desejarem fazer, com o armamento que quiserem ou com o explosivo que desejarem aplicar.

Portanto, essas são as questões que devem ser discutidas. Nós temos que sair do campo da retórica e ir para o campo da prática. Nós temos que sair daquilo



que é apenas a demonstração de uma intenção e ter efetivamente uma política de segurança pública, até porque durante as gestões anteriores houve uma gestão de segurança pública que tinha um projeto de segurança pública. E esse projeto era a construção das Delegacias Legais, um avanço enorme para o País, porque não são apenas prédios com ar-refrigerado, mas um sistema interligado de informática, com a integração e interação da Polícia Civil. Além disso, houve a construção das casas de custódia, retirando os presos das delegacias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, principalmente na capital. Foram feitas 11 casas de custódia. Além disso, foram construídos 3 presídios e foi modernizada a própria Polícia Militar, com aquisição dos blindados que protegeram a vida dos policiais nesse período todo, acusados de serem os caveirões da morte, quando na verdade todos nós sabemos que aqueles blindados não tinham armas ofensivas, eram apenas um meio de transporte dos policiais para que pudessem chegar aos locais em que os bandidos estavam fortemente armados sem morrer, como os que morreram em um helicóptero que não estava capacitado para esse tipo de operação. E a Polícia do Rio de Janeiro possui — não importa se a Civil ou a Militar — equipamento próprio para isso. A própria Aeronáutica tem equipamentos que poderiam ter sido cedidos para fazer esse tipo de operação. Mas mandaram os policiais para uma missão suicida. Os que comandaram essa operação, nesse sentido, devem ser responsabilizados.

Essas são as considerações que eu gostaria de fazer, agradecendo a todos que me ouviram pela paciência.

Estou ávido por ouvir os conhecimentos do Dr. Cláudio Beato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Com a palavra o Dr. Cláudio Beato.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Já começou a Ordem do Dia. Certamente isso vai prejudicar nossa audiência pública. Mas ela é rica. O Prof. Cláudio Beato já esteve outras vezes nesta Casa, inclusive na Comissão de Segurança Pública, e sempre nos trouxe grandes contribuições.



Tenho apenas algumas anotações. Não pude ouvi-lo o tempo todo, em razão de uma atividade na Comissão de Segurança. Talvez já tenha falado sobre o que eu vou perguntar.

Prof. Cláudio Beato, o senhor disse que a criminalidade e a violência aumentaram nas cidades com mais de 100 mil habitantes. Temos exemplos de cidades com esse perfil onde ocorreu redução da violência? Se temos, os estudos do instituto demonstram quais fatores contribuíram para isso? Que medidas foram adotadas? Que programas foram adotados que implicaram esse tipo de resultado (redução da violência) ainda que em apenas algumas cidades? É um exemplo muito rico e muito positivo.

Em algumas cidades melhorou o Índice de Desenvolvimento Humano. Todavia, aumentou o índice de criminalidade. Os estudos desenvolvidos por V.Sa., através desse centro de estudos, identificaram que fatores de fato colaboraram, contribuíram para o aumento da violência? Melhorou a qualidade de vida, melhoraram as condições de vida de determinada comunidade? Parece-me que o jargão antigo de que a miséria era determinante para a violência não é verdadeiro — ela contribui mas não é absoluta, não é? Que conjunto de fatores de fato contribuiu para melhorar a qualidade de vida, as condições de vida, mas aumentar a violência?

Os estudos desenvolvidos pelo centro de estudos envolvem apenas dados estatísticos e análises da criminalidade *versus* o trabalho das polícias de natureza ostensiva e preventiva, bem como da polícia investigativa, ou envolvem também a ação do Ministério Público e do Judiciário na área criminal? Ouço vez por outra dizerem: “*olha, a Polícia Militar falhou, tanto é que o índice de criminalidade é altíssimo*”. A Polícia Civil e a Polícia Federal falham porque o índice de apuração e elucidação dos casos também é baixo. Porventura tendo concluído as investigações e disponibilizado tudo ao Judiciário e ao Ministério Público, o índice na área criminal, portanto, de resultados por parte do Ministério Público e da Justiça Criminal é satisfatório, já que, naqueles casos em que a polícia teve êxito, tudo foi colocado à sua disposição? As provas estão lá e daí por diante.

Em relação ao homicídio, esse é um dado fácil de ser avaliado, não é? Quantos inquéritos foram concluídos a uma taxa X e quantos chegaram ao final num determinado tempo razoável? Se não chegaram ao final, quais são as razões e



fatores: omissão do Ministério Público por ausência do impulso processual ou outros fatores? Eu acho que é um dado relevante, porque a política criminal faz parte de um sistema que compreende o Ministério Público e o Judiciário.

O Parlamento brasileiro tem dado, do meu ponto de vista, significativas contribuições para o enfrentamento da violência e da criminalidade no País. Dou 2 exemplos mais recentes. A nova Lei Antidrogas, que é muito rigorosa em relação ao tráfico de drogas, ao comércio de drogas, ao tráfico transnacional, enfim, ao financiamento do tráfico etc. De igual forma, logo depois, o Estatuto do Desarmamento.

Ambas as leis podem ter, pontualmente, uma falha aqui outra ali, até porque nenhuma lei é perfeita, mas essa falha pontual não justifica a violência que está aí. O Parlamento disponibilizou ao Executivo, em todos os seus níveis, uma nova legislação. Há dados que indicam que, a partir dessas novas legislações colocadas à disposição da sociedade brasileira, os índices mudaram? Por exemplo, os índices em relação ao tráfico de armas, ao tráfico transnacional de armas ou de drogas. As análises feitas, por exemplo, pelo Deputado Paes de Lira em relação ao tráfico de armas se aplicam também ao tráfico de drogas? Tivemos uma legislação nova. Mudou alguma coisa?

Não mudou porque o Governo é omissivo, vira as costas para a lei e quando acontecem episódios, volta a culpar o Parlamento, diz que tem que mudar a lei, ou o Governo tentou adotar algumas medidas de aplicação da lei e ainda não houve tempo para ter resultado? Porque, ao meu sentir, sem dados mais aprofundados, parece que não mudou nada. Por mais que tenhamos uma lei nova, dura, que traz mecanismos, inclusive, de controle, daí por diante. Eu quero ficar nessas observações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Dr. Cláudio Beato.

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Bom, obrigado pelas perguntas. Na verdade eu estou com um leque extremamente variado de questões e estava aqui pensando e tentando organizar todas essas questões que foram levantadas. Vou tentar organizar aqui em torno de 3 dimensões que acho interessantes para a gente entender vários questionamentos que os senhores fizeram.



A primeira dimensão diz respeito a esse nível mais das políticas de Estado, um nível mais sistêmico do problema da segurança pública no Brasil, enfim, esse caráter mais estratégico de se pensar a segurança pública. A gente precisaria inaugurar isso, talvez, no Brasil, ou seja, largar um pouco as questões e temáticas mais de varejo e começar a pensar em coisas, como já foi levantado aqui, a ideia de como trabalhar com o sistema de justiça criminal, como sendo efetivamente um sistema. Justamente isso que V.Exa. estava colocando, ou seja, o fato de que não há complementaridade do trabalho entre as polícias, das polícias com o Ministério Público, do Ministério Público com o Judiciário e do Judiciário com o sistema prisional. Hoje são instituições que não dialogam, não têm objetivo comum. Esse é o ponto. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas recentemente esse sistema de justiça criminal começou a visualizar um objetivo comum. Então, os juízes, os policiais, os promotores andam na mesma direção. E eles andam na mesma direção porque há esse consenso em relação a qual é o objetivo, qual é a meta maior de cada uma das organizações envolvidas.

Que coisas a gente teria que discutir no Brasil em relação a esse sistema mais genérico? Por exemplo, o problema da legislação. Eu estava conversando aqui com o Deputado que no Brasil raramente se discute, por exemplo, o que é mais urgente. Aqui se discute qual lei mais severa se vai inventar para punir quem. E, ao contrário, acho que nós podemos entrar na legislação processual penal, porque nessa sim é que reside a impunidade. Ou seja, é na aplicação, no processo. E isso é muito mais grave hoje no Brasil. É onde os advogados dos criminosos “deitam e rolam”, é onde não se consegue prender ninguém. É na hora de se aplicar a lei. As leis são severas. Acho que temos uma legislação bastante severa, mas a aplicação dela abre as portas para a impunidade de todas as maneiras, de forma tal que nossos presídios estão abarrotados de gente que não tinha a mínima condição de mobilizar um advogado de defesa, por pior e mais barato. Esse é o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Apenas para exemplificar, se V.Exa. me permitir. Tenho um projeto em andamento nesta Casa que dá a sensação de punibilidade ao agente que pratica o crime e permite, por sua vez, celeridade processual. Hoje, parece-me que a Lei de Execuções Penais é ainda pior do que a lei processual, porque ela, efetivamente, não é aplicada como deve ser. E



uma outra coisa que acho que precisa ficar clara é o laxismo jurídico hoje praticado, não por este Ministério da Justiça, mas por todos os ministérios da justiça que normalmente passam, que têm sempre um viés no sentido de fazer com que os indivíduos não tenham uma punibilidade grande, porque o sistema não aguenta, porque não há recursos para isso. Então, toda vez que o Parlamento se manifesta no sentido de um arrocho maior contra a criminalidade, há um trabalho por parte do Ministério da Justiça, através dos seus assessores e da base dos governos, no sentido de uma legislação que favoreça.

Então, tenho um projeto na Lei de Execuções que faz o seguinte: a partir do momento em que houver uma decisão de 2º grau, porque a Lei de Execuções diz que o cumprimento da pena só começa após o trânsito em julgado. Defendo a posição de que não é após o trânsito em julgado, até porque o trânsito em julgado pressupõe a última instância de recurso, que seria o Supremo Tribunal Federal. Mas, na verdade, os recursos para o STJ e para o STF têm apenas efeito devolutivo, não têm efeito suspensivo. Então, da mesma forma que se executa o acórdão cível ou a sentença cível, começaríamos a execução da pena restritiva de liberdade e das outras a partir do momento em que o 2º grau, que é aquilo que os direitos humanos estabelecem como normas, que o cidadão seja submetido a 2 graus de jurisdição, e, normalmente, no 2º grau de jurisdição, através de um órgão coletivo, com 3 ou 5 Desembargadores, comece a execução da pena.

Com isso, vamos diminuir a sensação de impunidade e as pessoas vão se sentir também ao alcance da legislação. Ou seja, pratiquei o crime, houve decisão de 2º grau, começo a execução provisória da minha sentença e, com isso, vamos diminuir essa questão da impunidade. Desculpe-me por lhe fazer esse gancho, é só para...

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Não, perfeito. Acho que esse tipo de discussão é urgente. Acho que o primeiro aspecto com que a gente tem que começar a lidar é justamente um debate acerca dos objetivos, do que a gente quer em relação à estrutura legislativa na área de justiça criminal.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Professor Beato, o procedimento aqui não nos recomenda ficar interrompendo o palestrante, mas, aproveitando o gancho do Deputado Itagiba, só para demonstrar uma comunhão aqui de visão, dentro



desse entendimento de que é muito mais importante o aperfeiçoamento da legislação processual penal do que da legislação penal, é que nós priorizamos a reforma processual penal. Estava composta de 7 projetos. Quatro deles se converteram em lei recentemente: um que trata do júri, outro que trata das provas, outro que trata dos procedimentos, outro que trata do interrogatório com sistema de videoconferência, daí por diante. Devemos concluir a votação última, final, para subir ao Presidente Lula para sanção, do 5º projeto, que é o que trata das cautelares, muito inovador. E 2 outros já concluídos por esta Casa, mas que, infelizmente, o Senado deu um nó e não apreciou até hoje. Aí nós concluiríamos de forma absoluta, completa a reforma processual penal, o projeto que trata dos recursos, portanto muito importante, e o que trata do inquérito policial. Se o Senado resolvesse apreciar esses 2 últimos, certamente nós teríamos a reforma processual penal concluída. É só para demonstrar a nossa comunhão de visão.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - Sim. E, mais do que isso, mais do que concluída, talvez, desejável. Acho que este é o ponto: do que a sociedade brasileira precisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E é importante dar o crédito a quem merece, porque esse trabalho feito por vários de nós aqui, inclusive o Presidente e eu, foi coordenado pelo Deputado João Campos com muita capacidade e propriedade na Comissão de Segurança Pública à época em que a presidiu. Ou seja, ele teve o discernimento e a autorização do nosso Presidente para reunir toda essa legislação, formar os grupos de trabalho e apresentar uma inovação, inclusive, entre elas, aquela que estabelece a progressão de regime de forma diferenciada para os crimes hediondos, o que é muito importante assinalar. Dentro dessa discussão, vou aproveitar para pedir ao senhor para falar também sobre uma coisa que não se faz mais no País — talvez o senhor possa também tocar nesse tema —, que é a questão de que não existe mais o exame criminológico, quer dizer, é apenas o cumprimento do prazo para que o indivíduo volte à rua, quando, na verdade, ele precisa ser avaliado para ver se tem condições de voltar à rua ou não.

O SR. CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO - É. Mas eu gostaria de retomar. Acho que o cerne aqui da minha discussão em relação ao caráter sistêmico da



justiça criminal é se essas coisas todas têm de andar na mesma direção. Conforme eu disse, nós estamos, vamos dizer, chegando este ano a 1 milhão de vítimas de homicídios, para não falar das centenas de milhões, talvez, de crimes contra a propriedade e outras formas de crime hediondo. Qual é a direção, exatamente, que a gente quer dar para esse sistema de justiça criminal? Isso significa, por exemplo, discutir um outro aspecto dentro dessa visão sistêmica, que é a questão da estruturação das polícias. Esse formato é adequado para nós? São essas as polícias que queremos? Essa armadura constitucional que a gente tem para as polícias é absolutamente funcional para o que está ocorrendo hoje no Brasil? E isso com seus correlatos e atribuições que cada uma das polícias faz, por exemplo, desde a questão do inquérito. É isso mesmo? É mais do que aperfeiçoar? Ou seja, dentro dessa visão sistêmica, acho que, aí, sim, talvez objeto de debate, temos de ter uma direção muito clara em relação ao que queremos em termos de controle por parte das instituições em relação ao problema da segurança pública. Então, aí, acho que entra a questão da legislação, entra essa questão das Polícias, a questão da Constituição e das atribuições de cada uma delas, o que vai ser discutido.

O segundo conjunto de questões tem muito a ver com estratégias de controle mais específicas, que o Deputado estava mencionando, a respeito da questão das armas de fogo, várias foram... Acho que não há dúvida em relação, vamos dizer, ao fato de que todos nós reconhecemos que o problema são as armas ilegais. Agora, eu gostaria que, nessas estratégias... Por exemplo, você tem várias formas, desde aspectos de natureza tecnológica, mas também aspectos de natureza operacional que vão entrar naquela outra dimensão de primeiro nível. Ou seja, a aplicação da lei em relação às armas de fogo está sendo adequadamente feita nos Estados, nas grandes cidades? Por exemplo, a orientação das Polícias em relação à apreensão de armas de fogo ilegais está efetivamente ocorrendo? Porque esse é um problema muito complicado, né? Porque nós temos um formato de planejamento, estava mencionando aqui, que muitas vezes privilegia áreas nobres da cidade que têm um grande grau de controle e nas áreas onde tem criminalidade o policiamento é inexistente, o controle de armas é inexistente, você não tem... Esse é um dos dramas que nós temos.



E aí, Deputado, saúdo a ideia da OPP, que não é nova. Lá em Minas, tem o GEPAR. Tem experiências como a do Espírito Santo. Tem várias experiências de policiamento local que são extremamente importantes porque elas contribuem para retirar essas armas. Olha, pessoalmente, acho que você tem de retirar, talvez, o policiamento das áreas nobres, que já têm... Porque, hoje, nós temos um problema de segurança privada, que é muito pouco discutido, e nós temos, talvez, o aspecto mais perverso da segurança pública, que é o seguinte: quem pode tem segurança privada, segurança pública, leis e justiça ao seu lado; quem não pode não tem nada disso. Então, o sujeito, ele... As áreas bem policiadas da cidade são também as áreas onde está concentrado o maior número de policiamento privado, o maior número de câmaras, toda essa tecnologia sofisticada de controle. E há vastas áreas, muito grandes mesmo, nas grandes cidades, que não têm nada disso, e onde não se controlam armas.

Então, não acho que seja uma questão tanto de fronteiras. Também é importante ser feito, é evidente que tem de ser controlado, mas, vamos dizer, a aplicação da lei nesses locais é fundamental. Ou seja, andar armado é ilegal, são armas ilegais, sim. É isso que o Deputado Gabeira estava colocando, esse espetáculo que você tem de gente saindo com 2 a 3 carros cheios de fuzil e ninguém fazendo nada. Circulando pela cidade! Isso acontece. Eu acho que um pouco é essa aplicação da lei, que está nesse nível mais operacional.

Da mesma forma com a questão das fronteiras. Eu acho que, nesse tipo de estratégia de controle, a gente tem de ter em mente que, muitas vezes, está lidando com certo tipo de criminalidade que não é mais questão de arma. A fiscalização financeira pode ser mais interessante. Por exemplo, a questão das milícias no Rio de Janeiro. O aperto em cima da ilegalidade e da informalidade deles é muito mais crucial, talvez, do que o enfrentamento por parte da Polícia. Por quê? Porque eles já mudaram de patamar de negócio. E quando você está tratando da criminalidade organizada, o patamar é completamente outro, aí se mistura com o mercado econômico convencional, sabe? Eles estão circulando riquezas. Aí, da mesma forma, você tem de ter outros mecanismos de controles estratégicos para esse tipo de fenômeno.



E o terceiro, que acho é também, aí num nível mais, vamos dizer, quase que operacional, é o que fazer em relação a certas áreas. Você tem vários projetos interessantes, você tem várias maneiras possíveis, algumas mais ou menos realistas, até mesmo em relação ao controle de armas. Puxa, já vi... Em Los Angeles, eles têm condição... A Polícia sabe quando uma arma de fogo é disparada. A qualquer momento, em menos de 3 minutos, tem um carro de polícia vendo o que está ocorrendo. Existe tecnologia para isso. Se funciona, se é adequado, se é realista ou não, é uma outra história.

Mas a questão é que você tem várias estratégias para lidar com esse problema. Por exemplo, com relação ao controle de homicídios, que é o tema que a gente pegou, não é único. Tive a oportunidade aqui de mostrar várias estratégias que a gente desenvolve para controle de crimes contra a pessoa. Hoje, os centros das grandes cidades no Brasil são os grandes problemas, acho que, dos gestores de polícia, porque o que incomoda a população é homicídio — essas coisas de helicóptero têm esse lado exuberante, aparecem na mídia etc. Agora, o que muitas vezes incomoda a população é esse crime nas áreas comerciais, assalto a transeunte, que tem crescido muito nos grandes centros de forma geral, e esse tipo de coisa exige estratégias e programa de controle, um dos quais...

Aí volto de novo ao primeiro nível, ou seja, como você integra ações? Olha, a experiência que eu tenho é que é muito difícil fazer isso. Para começar, as polícias não trocam informações sobre isso. Elas têm uma agenda completamente diferentes de problemas. A Polícia Civil acha que o problema é um; a Polícia Militar acha que é outro. Isso é comum. Elas têm de sentar à mesma mesa. Por isso, quando eu vi programas bem sucedidos de controle de crimes contra o patrimônio ou de homicídios, são programas onde essa integração, inclusive com o Ministério Público, com o Judiciário, que também tem de estar afinado, e até mesmo com o sistema prisional... Eles estão sentados, discutindo o mesmo problema. Agora, isso tem de ser facilitado. Por isso que estou me remetendo ao primeiro nível. Acho que hoje temos uma estrutura constitucional que engessa muito a possibilidade de colaboração dos órgãos de segurança com os outros órgãos do sistema de Justiça Criminal. Temos de repensar essa questão.



Existem vários exemplos. Alguém perguntou. No caso de São Paulo, que reduziu drasticamente os homicídios ao fazer várias coisas: investiu grande massa de recursos dentro do sistema de segurança. E aqueles setores que foram mais eficientes na utilização de recursos, no caso a Delegacia de Crimes contra... de Homicídios, conseguiram resultados melhores. Isso acontece em todos os setores da economia. Joga-se uma massa de recursos, alguns vão ser melhores aproveitados do que outros. Foi o que aconteceu em São Paulo. Eles foram capazes de canalizar muito bem os recursos. No caso de Minas Gerais, houve uma queda drástica em relação aos crimes violentos, especialmente nas áreas urbanas, através de estratégias de gestão integrada. O mesmo em relação aos homicídios, não de forma tão espetacular como São Paulo.

Então, a discussão desses 3 níveis é que nós precisamos começar a pensar de uma forma mais sistêmica, ou seja, o que queremos em termos dessa dimensão mais abstrata, conceitual quase, em relação à segurança pública, com esses aspectos mais operacionais e de estratégias de controle que vão ser feitas pelo município, pelo Estado e pela União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Sr. Cláudio Beato.

O Relator tem algum questionamento a mais a fazer.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nenhum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não há mais quem queira se manifestar.

Gostaria de agradecer muito a presença ao Dr. Cláudio Beato, que verdadeiramente trouxe informações valiosas a esta Comissão e que, sempre com o seu trabalho profícuo na análise das questões de segurança pública, tem auxiliado muito na formulação de políticas neste sentido.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada esta reunião e marcar a próxima reunião para o dia 27, às 14h30, em plenário a ser designado, para votação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.